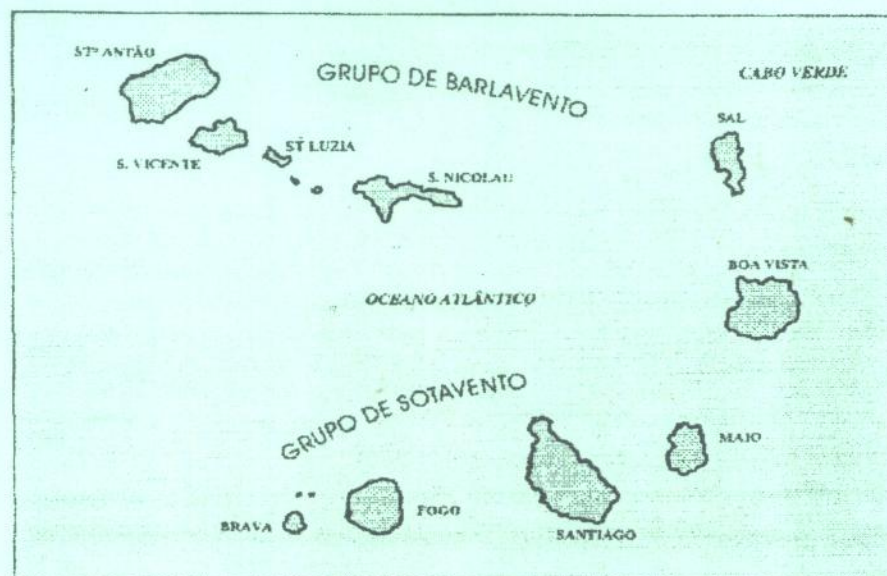


POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO "IMPACTO NA SEGURANÇA ALIMENTAR"



MANUEL DOLIZ CHICOTE

2002

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
"IMPACTO NA SEGURANÇA ALIMENTAR"

Por:

Manuel Doliz Chicote

Este Relatório foi submetido ao Centro de Formação
Do INIDA em S. Jorge como requisito parcial
Para a obtenção do Diploma de

BACHARELATO EM AGRO-ECONOMIA
E DESENVOLVIMENTO RURAL

Ministrado pelo

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

e

INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA
DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

2001

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Este Relatório foi submetido como requisito parcial para a obtenção de um Diploma de BACHAREL no Centro de Formação do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário - INIDA em S. Jorge e será depositado na Biblioteca do INIDA afim de poder ser consultado segundo as regras desta Biblioteca.

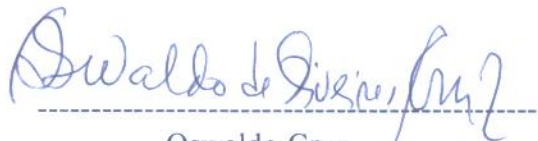
Algumas citações deste relatório serão permitidas sem uma autorização especial desde que a fonte seja devidamente reconhecida. No entanto citações mais longas ou a cópia total deste relatório deverão ser autorizadas pelo Centro de Formação do INIDA ou pelo autor.

Assinatura



APROVAÇÃO DO COORDENADOR DO RELATÓRIO

Este Relatório foi aprovado nesta data:



Oswaldo Cruz
Engenheiro Agrónomo

Data

DEDICATÓRIA

Dedico a este trabalho à minha mãe Cristina Ardicha, e aos meus queridos filhos Cristina Lucrecia, Elton, Doliz Edgar, e Ana Maria com estima e agradecimentos pela paciência e encorajamento dispensado.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
LISTA DE QUADROS EM ANEXO	ii
SIGLAS UTILIZADAS.....	iii
RESUMO.....	iv
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. PESQUISAS BIBLIOGRÁFICAS.....	4
2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL E DIAGNÓSTICO DO SECTOR AGRÁRIO.....	4
2.1.1. solos e sua utilização.....	8
2.1.2. sistemas de produção.....	9
2.1.2.1. Sistema de produção silvopastoril / Zona árida.....	9
2.1.2.2. Sistema de produção agrosilvopastoril / Zona semi-árida, sub-húmida e húmida de altitude	10
2.1.2.3. Sistema de produção agropastoril / áreas irrigadas	12
2.2. sectores de apoio à produção	12
2.3. POLÍTICAS AGRÁRIAS.....	14
2.3.1. breve caracterização dos objectivos, medidas e metas dos pnd (i à iv pnd).....	15
2.4. principais constrangimentos na execução dos programas de desenvolvimento do sector agrário.....	28
3. MATERIAL E MÉTODOS	31
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
4.1. Evolução do sector/realizações dos PND (Agricultura, Silvicultura, Pecuária).....	31
4.2. impacto das políticas e estratégias de desenvolvimento agrário na realização dos objectivos de segurança alimentar	44
4.2.1. Disponibilidade de alimentos.....	47
4.2.2. Estabilidade de alimentos no mercado	48
4.2.3. Acesso aos bens alimentares.....	49
4.2.4. Utilização biológica dos alimentos (nutrição)	50
4.3. OPINIÕES DOS AGRICULTORES CONTACTADOS.....	50

5. CONCLUSÕES/ RECOMENDAÇÕES.....	51
6 - LISTA DE INDIVIDUALIDADES E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS	55
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este relatório que constitui a minha monografia do fim do Curso de Bacharel em Agro-Economia e Desenvolvimento Rural, desejaria consignar os meus agradecimentos a todos quantos, directa ou indirectamente contribuíram e me auxiliaram durante os 45 dias do estágio formativo, seja nas sugestões dadas, na correcção da linguagem, seja na organização do presente relatório.

Gostaria de agradecer ao Gabinete de Estudos e Planeamento (**GEP**) - Ministério da Agricultura e Pescas e todos seus técnicos, por tudo quanto fizeram para que este estágio chegasse ao seu bom término.

Especial agradecimentos e reconhecimentos vão para o meu orientador do estágio, **Eng^o Oswaldo Cruz**, pelo incansável ensinamento que deu, e todo o apoio necessário tanto na disponibilização dos meios materiais, assim como na criação de condições favoráveis à realização das tarefas programadas.

Igualmente, apraz-me estender os meus agradecimentos à Eng^a Paula Spencer, pelo apoio e contribuição prestada na organização e estruturação do relatório.

Não deixaria também de agradecer à DGASP, INIDA e outras instituições, individualidades, e aos agricultores contactados, pelas opiniões e contribuições dadas para que este relatório tivesse êxito.

Finalmente, agradecimentos vão para os ilustres colegas, em particular Anita Carvalho, que juntos nos momentos difíceis sacrificaram e mostraram-se solidários em prol de outros colegas.

LISTA DE QUADROS EM ANEXO

- I - Evolução das superfícies cultivadas
- II - Evolução da produção agrícola
- III - Produção de milho e cobertura das necessidades
- IV - Evolução das pluviometrias nacional
- V - Evolução do efectivo pecuário
- VI - Evolução da produção pecuária
- VII - Evolução da população ligada à produção agro-pecuária
- VIII - Taxa de auto-suficiência alimentar
- IX - Taxa de dependência de importação
- X - Evolução de preços médios no consumidor na Praia
- XI - Evolução de preços médios no consumidor em S. Vicente
- XII - Evolução de preços médios no consumidor nas zona rurais
- XIII - Disponibilidade de produtos alimentares no país
- XIV - Evolução das necessidades de consumo em produtos alimentares de base
- XV - Disponibilidade diária de produtos alimentares (Grama/Hab./dia)
- XVI - Disponibilidade calórica percapita por produtos (Kcal./hab/dia)
- XVII - Disponibilidade proteica percapita por produto (Grama/hab./dia)

SIGLAS UTILIZADAS

- ACDI - Cooperativa para a Agricultura e o Desenvolvimento Internacional
(Agricultural Cooperative Development International)
- ADAD- Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento
- BCV - Banco de Cabo Verde
- CFA - Centro de Formação Agrária
- CITI - HABITAT - Organização Não Governamental
- CPDA - Centro de Desenvolvimento e Promoção Agrícola
- CCR - Caixa de Crédito Rural
- CSA - Conservação de Solo e Água
- CNASA - Comissão Nacional de Segurança Alimentar
- DGASP - Direcção geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária
- DGAR - Direcção Geral de Animação Rural
- DGP - Direcção Geral de Planeamento
- DSSA - Direcção dos Serviços de Segurança Alimentar
- ECV - Escudo Caboverdiano
- EMPA - Empresa Pública de Abastecimento
- FAIMO - Frente de Alta Intensidade da Mão de Obra
- FAO - Organização das Nações Unidas Para a Agricultura e Alimentação
- FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário
- GEP - Gabinete de Estudos e Planeamento
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- INIA - Instituto Nacional de Investigação Agrária
- INIDA - Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
- INGRH - Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
- INFA - Instituto Nacional de Fomento Agro-Pecuário
- LCD - Luta Contra a Desertificação
- MA - Ministério da Agricultura
- MDR - Ministério de Desenvolvimento Rural
- MAAA - Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente
- MORABI - Associação para a Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento
- MPC - Ministério do Plano e da Cooperação
- MOAVE - Moagem de Cabo Verde, SARL
- OASIS - Organização das Associações de Agricultores, Avicultores e Pecuários da Ilha de Santiago
- OMCV - Organização das mulheres de Cabo Verde
- ONG - Organização Não Governamental
- PAN - Programa de Acção Nacional de Luta Contra a desertificação
- PRODAP - Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário
- PIB - Produto Interno Bruto
- PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
- Ton - Tonelada
- TMS - Tonelada Métrica
- Unid - Unidade

RESUMO

Para qualquer Nação, uma boa e melhor política e estratégia de desenvolvimento agrário, passa necessariamente pela planificação das diferentes actividades que se pretendem ou prevê-se realizar, como base da sua orientação.

A formulação das políticas não é um fim em si, mas o meio para uma comunidade, ou muitas vezes uma nação, atingir um objectivo ou satisfazer uma necessidade estabelecendo as etapas necessárias. Assim, quem formula políticas situam-se entre os mais nobres servidores da comunidade. Hoje, esta tarefa tornou-se mais acessível, enquanto que anteriormente era exercida em gabinetes discretos do aparelho de estado.

A escala de um país, o objectivo de uma política agrária geral será juntar os interesses por vezes divergentes, para conseguir aumentar as colheitas atingindo assim a segurança alimentar, desenvolver a pecuária, maximizar as receitas de exportação, conservar ou desenvolver o emprego rural, respeitar o ambiente e as culturas tradicionais, conservar recursos naturais e seu uso sustentável, criar receitas para a administração etc.

O presente trabalho é o resultado do estágio realizado, no período de 18 de Junho à 31 de Julho de 2001, no Gabinete de Estudos e Planeamento - Ministério da Agricultura e Pescas - Praia, no qual se baseou na análise dos diferentes programas dos quatro PND e seus relatórios de avaliação. Tem por objectivo realizar um estudo do comportamento e avaliação do impacto de Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Agrário na realização dos objectivos de Segurança Alimentar.

Procura dar uma visão de conjunto da implementação dos PND e seu impacto na segurança alimentar principalmente no sector produtivo/agricultura, pecuária e floresta. Esta análise é complementada com algumas Conclusões/Recomendações que resultaram da análise detalhada a nível dos Programas no sector supracitado.

De salientar que o estudo baseia-se no período compreendido entre 1991 à 2000 (os últimos 10 anos).

Palavras - Chave: Políticas, Agrárias, Segurança, Alimentar

1. INTRODUÇÃO

A República de Cabo Verde é um arquipélago composto por dez ilhas (das quais nove são habitadas) e cinco ilhéus, e encontra-se situada no Oceano Atlântico a 450 Km da costa ocidental da África. Com uma superfície total de 4033 Km², o arquipélago estende-se entre os paralelos 14° 48' N e 17° 12' S, o que corresponde a uma escala de latitude que engloba o norte da zona saheliana do continente africano, bem como uma parte do Sahara. A população residente total de Cabo Verde é estimada em 434812 habitantes (resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação ano 2000) da qual um pouco mais que metade está concentrada na ilha de Santiago, onde se encontra a capital do País-Praia. Um quarto da população do País reside na ilha de São Vicente, onde se situa a segunda mais importante cidade-Mindelo. O resto da população está repartida pelas outras sete ilhas: Maio, Fogo, Brava, Boavista, Sal, São Nicolau e Santo Antão.

Cabo Verde tem vivido ao longo de séculos num desafio constante de garantir a sobrevivência e melhoria de qualidade de vida da sua população. Parte de condições extremamente desfavoráveis, resultantes, fundamentalmente, do seu passado histórico e das condições físico-geográficas, que fazem com que o seu desenvolvimento constitua um verdadeiro desafio. A desproporção existente entre os recursos naturais mobilizáveis e as necessidades da população tem-se repercutido grandemente sobre o nível de satisfação de necessidades básicas do povo Caboverdiano.

Submetido a um clima semidesértico, sobretudo caracterizado pela existência de duas estações: uma longa estação seca indo de Novembro a Junho e uma curta estação das chuvas de Julho a Outubro, às secas periódicas e a um processo erosivo acelerado do solo em consequência da topografia, da fragilidade e exiguidade da cobertura vegetal, do regime dos ventos e de chuvas e de uma prática desajustada e tradicional de cultivo de sequeiro, o país tem tido alguns constrangimentos concernentes à disponibilidade de alimentos, água e massa biológica (material energético e de construção) para fazer face às exigências dos habitantes do arquipélago.

As temperaturas em Cabo Verde não atingem os valores elevados observados nas regiões continentais africanas situadas à mesma latitude. A influência marítima e as reduzidas dimensões das ilhas implicam amplitudes térmicas muito fracas. As temperaturas

são mais baixas nas zonas altas onde a amplitude térmica é mais importante que nas zonas litorais.

Na generalidade, as temperaturas médias mensais não atingem os 30° C. Elas são geralmente moderadas devido à influência marítima e os valores médios anuais são de 25° C. Setembro é o mês mais quente e que por vezes pode atingir 26,7° C e Fevereiro o mais frio (18,4° C.).

No concernente à pluviometria face as duas estações referidas, a característica mais marcante é a sua má distribuição tanto espacial como temporal. O carácter torrencial das chuvas faz com que, em certas zonas, mais de 90% de pluviometria anual se repartam em 2 ou 3 dias de chuvas. As intensidades são geralmente muito elevadas causando uma erosão enorme de terra: o arrastamento todos os anos de milhares de toneladas de terra arável para o mar. As precipitações são geralmente fracas sobre todo o País. A precipitação média anual não ultrapassa 300 mm para os 65% do território situados a menos de 400 m de altitude, sendo as zonas sob a influência dos alísios ainda mais secas (150 mm). Nas zonas situadas a mais de 500 m de altitude e expostas aos alísios de Nordeste, podem-se verificar precipitações superiores a 700 mm. Esses indicadores pluviométricos são pouco expressivos se se considerar a variação espacial e temporal e o número de dias de chuvas por ano: 15 a 25 dias nas zonas áridas e semi-áridas e 45 a 55 dias nas zonas sub-húmidas e húmidas. Muitas vezes, a estação das chuvas dura menos do que um mês nas zonas agrícolas.

A evaporação e evapotranspiração potenciais são relativamente elevadas, sobretudo nas regiões costeiras e áridas expostas aos ventos do sector Este e nas ilhas rasas de Barlavento.

Contudo, dos 4033 Km² que constituem o território nacional apenas uma pequena percentagem da ordem dos 10%, correspondente a aproximadamente 41841 ha, de acordo com o último Censo Agrícola 1988, apresentam vocação agrícola.

Dai a necessidade de uma actuação muito mais concertada e técnica, tendo em vista uma programação, acompanhamento e avaliação das actividades agrícolas para o melhor aproveitamento do pouco espaço agrícola disponível.

O presente trabalho foi levado a cabo no Gabinete de Estudos e Planeamento(GEP)
- Ministério da Agricultura e Pescas.

O objectivo fundamental é realizar um estudo do comportamento e avaliação do impacto de Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Agrário na Segurança Alimentar, tomando-se como base de análise nos quatro Planos Nacionais de Desenvolvimento elaborados depois a independência Nacional, e, a metodologia da sua elaboração baseou-se no sector produtivo (Agricultura, Silvicultura e Pecuária).

Para se atingir o objectivo preconizado, foram realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas aos agricultores e consultas à algumas individualidades e instituições que directa ou indirectamente se relacionam com o sector agrário das ilhas de Santiago, Santo Antão e São Vicente.

É de salientar que, vários constrangimentos foram registados na análise dos PND devido, concretamente, à deficiências de dados estatísticos sobretudo dos PND I e IV, no qual os seus relatórios de balanço carecem de dados estatísticos que possibilitassem uma análise comparativa uniforme.

2. PESQUISAS BIBLIOGRÁFICAS

2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL E DIAGNÓSTICO DO SECTOR AGRÁRIO

O sector agrário é onde se concentra a maior parte da população activa do País, os índices mais significativos de desemprego e subemprego, as mais elevadas taxas de analfabetismo, as mais importantes faixas da população auferindo os mais baixos rendimentos e vivendo em condições de pobreza extrema. O sector é caracterizado por uma grande vulnerabilidade, tendo em conta a escassez dos recursos naturais (água e solo), o sistema de exploração e as condições climáticas.

Segundo o último recenseamento agrícola realizado em 1988, a superfície agrícola total cultivável é de 41841 ha, dos quais 38854 ha em regime pluvial/sequeiro e 2987 ha em regime de regadio. As terras agrícolas estão divididas em parcelas com áreas unitárias muito reduzidas. Os regimes de arrendamento e de parceria são frequentemente praticados, o que inibe o investimento fundiário.

Dados de 1992 (III PND) mostram que a agricultura, silvicultura e pecuária representavam apenas 9,9% do PIB.

A absoluta dependência do regime de chuvas, predominantemente, escassas e irregulares, não permite determinar uma tendência para a agricultura de sequeiro em Cabo Verde. Assim, as produções variam, anualmente, consoante a quantidade e distribuição pluviométrica.

O milho e os feijões são as principais culturas praticadas no sequeiro em consociação na mesma cova. Este sistema de produção emprega poucos factores de produção estando estes reduzidos á utilização de pesticidas através das campanhas de controlo de pragas levadas a cabo pelo Estado com o apoio dos agricultores. No entanto, constata-se uma tendência de substituição progressiva da cultura do milho, por culturas de hortícolas, tubérculos, raízes e fruteiras nas zonas húmidas e sub-húmidas. As variedades utilizadas, praticamente, não têm sofrido variações ao longo dos anos. A preparação do solo para a sementeira, é feita geralmente no mês de Junho e a sementeira é feita após a preparação do terreno (em pó) ou aguardando as primeiras chuvas. Estas culturas são com frequência feitas em terras marginais e em zonas agro-climáticas sem aptidão para o seu cultivo, nomeadamente, em zona áridas e semi-áridas e zonas de declive muito acentuado, pobres em nutrientes e com fraca capacidade de retenção da água (IV PND, 1997/2000).

Na agricultura de sequeiro, as zonas húmidas e sub-húmidas poderão ter um razoável potencial para a prática da fruticultura, desde que se utilizem variedades e práticas culturais adequadas às condições existentes em tais regiões.

As culturas pluviais são caracterizadas por índices de produção muito aleatórias, consequências das variações do regime das chuvas. A principal cultura é o milho que muitas vezes é associado com feijões. A batata doce, a mandioca e a batata comum são cultivadas nas zonas altas, mais temperadas e húmidas.

A produção anual de milho normalmente não cobre mais do que 10% da necessidade do consumo nacional. No tocante aos feijões, a produção cobre cerca de metade das necessidades.

A agricultura de regadio é praticada principalmente no fundo dos vales e na parte mais baixa das encostas, quer em regime permanente (cultivo de variedades plurianuais e hortaliças) quer em regime temporário (variedades de ciclo curto, legumes, batata comum e batata-doce principalmente).

Aproximadamente, 45% da área irrigada total é ocupada pela caña sacarina, destinada à produção de aguardente, 35% por banana e horticolas e 20%, por mandioca e batata-doce, segundo o documento do PND 1997-2000.

Apesar dos recursos limitados (terra e água), a agricultura de regadio dispõe de um potencial certo, se se considerar a fraca tecnologia ainda utilizada na produção.

A horticultura e a fruticultura ainda são feitas de forma tradicional, com rendimentos muito baixos. O trabalho de selecção e melhoramento de sementes e de difusão de novas variedades levado a cabo pelo INIDA e pelo CPDA, nos últimos anos, já teve alguns resultados positivos ao nível dos rendimentos dos legumes, raízes e tubérculos de regadio. A banana cultiva-se essencialmente no regadio (PND 1997-2000).

A actividade pecuária é praticada por quase todas as famílias rurais. Essa actividade também sofre com a precariedade das chuvas. Nota-se, entretanto, uma verdadeira tendência para o desenvolvimento desse sub-sector.

Formas de trabalho: distinguem-se principalmente quatro formas de trabalho agrícola:

- **Trabalho familiar**: trata-se do trabalho efectuado pelos membros da exploração agrícola nas parcelas que a família explora;

- **Djunta mão:** trata-se de uma forma de troca de dias de trabalho entre os membros da exploração e outras pessoas estranhas à exploração para os trabalhos agrícolas;
- **Ajuda:** trata-se de uma ajuda dada por uma ou mais pessoas estranhas à exploração, a título gratuito, para os seus trabalhos agrícolas, normalmente velhos, viúvas;
- **Pago:** trata-se de uma forma de trabalho assalariado constituindo em utilizar a mão de obra estranha à exploração, mediante o pagamento de uma remuneração:

Formas de exploração das terras: existem em Cabo Verde formas de exploração directa das terras e formas de exploração indirecta.

Neste contexto podemos distinguir sete formas de exploração das parcelas:

- **Conta Própria:** é a exploração directa da terra pelo chefe de família ou por um elemento do agregado familiar;
- **Parceria:** é a exploração de terra pertencente a outrem, mediante pagamento de uma parte dos frutos produzidos;
- **Renda:** é a exploração de terra pertencente a outrem, mediante o pagamento de uma renda fixa, paga em dinheiro ou géneros;
- **Posse útil:** é o benefício que confere ao seu titular o direito de exploração e fruição a título gratuito e perpétuo da terra.
- **Comodato:** é o préstimo de coisa não fungível. O explorador dispõe gratuitamente do terreno dum proprietário privado(aplicáveis nas ilhas de Fogo e Brava);
- **Aforamento:** esta forma indirecta tem o nome dum pagamento de tipo feudal. Ela é o contrato pelo qual o proprietário transfere o seu domínio útil para outras pessoas obrigando-se esta a pagar-lhe anualmente certa pensão, a que se chama foro. Esta forma parece quase inexistente, salvo no conselho de Porto Novo(em pequena escala).

As formas de exploração mais frequentes são constituídas pela Conta Própria, Parceria e Renda.

O País é quase suficiente em carne e ovos. A produção actual cobre as necessidades de consumo. A produção de leite apresenta um défice que é coberto pela importação de leite desidratado e de "longa duração".

Os subprodutos da agricultura são a base de alimentação animal, constituídos pelas espécies forrageiras e herbáceas das zonas agro-silvo-pastoris, que são completadas por rações. Apesar do clima adverso, tem sido desenvolvidas acções para o melhoramento das

pastagens e dos recursos forrageiros, através de vários projectos, com vista ao aumento da disponibilidade em biomassa.

A transformação industrial de produtos agro-alimentares é feita por pequenas e médias unidades industriais, utilizando, principalmente, matérias-primas importadas. Dedicam-se, sobretudo, à produção de lacticínios e de doces. O aguardente é o produto que proporciona um maior rendimento ao nível da transformação agro-alimentar do sector familiar.

A floresta tem tido um grande relevo no contexto da luta contra a desertificação, na reconstituição do coberto vegetal, na satisfação das necessidades energéticas e forrageiras, no desenvolvimento da produção agro-silvo-pastoril e, principalmente, como factor de criação de emprego.

Os perímetros florestais são, no entanto, alvo de cortes ilegais, sofrem a invasão de animais e, por vezes, competição com culturas de sequeiro, inapropriadas às zonas de altitude.

A legislação existente é insuficiente para resolver os conflitos e os problemas inerentes à necessidade de florestação em certas áreas privadas.

O aumento do potencial dos benefícios a extrair da exploração silvícola, está intimamente interligado com o aumento das áreas florestais, com a sua organização e gestão, com a regulamentação florestal, com a promoção das actividades económicas inseridas na exploração racional dos recursos e, naturalmente, através da formação e educação dos agentes económicos do sector.

Em termo de recursos na maioria das ilhas, a principal fonte de abastecimento é de origem subterrânea, não tendo expressão a captação e armazenagem da água superficial, excepto nas ilhas do Fogo e Brava, particularmente através de cisternas individuais e colectivas para abastecimento das populações e do gado. Em Santiago, 90% da procura de água têm origem no sector agrário e, em Santo Antão, este indicador eleva-se a 95%.

A sobre-exploração dos furos, principalmente em anos de seca, onde os caudais são reduzidos, causa a intrusão salina principalmente nas zonas costeiras.

Os recursos hídricos também condicionam toda a actividade pecuária. A quantidade de forragem, dependente da pluviometria e a fraca disponibilidade de água para o abeberamento, limitam a carga animal.

2.1.1. SOLOS E SUA UTILIZAÇÃO

Os solos em Cabo Verde são em geral pouco desenvolvidos, apresentando horizontes pedológicos pouco diferenciados: solos minerais brutos e pouco evoluídos (xerosolos, regosolos, litosolos), representando mais de metade da superfície do País. Esses solos formaram-se sobre substratos de rochas vulcânicas de natureza variada: basaltos, tufos, escórias traquites e andesites. Na parte oriental do Arquipélago, nas ilhas pouco acidentadas, podem-se encontrar substratos rochosos de origem calcária. Em zonas mais húmidas, nas menos afectadas pela erosão, ou sobre superfícies antigas em termos geomorfológicos, pode-se encontrar solos com horizontes diferenciados.

Os solos são geralmente pouco profundos e bastantes pedregosos, particularmente os que apresentam os substratos basálticos e os encontrados sobre declives pronunciados. Como consequência do clima, da erosão e de práticas agrícolas, os solos apresentam teores bastante reduzidos de matéria orgânica. Devido à natureza vulcânica do substrato rochoso, os solos têm baixos teores de potássio e alta retenção do fósforo e o pH é neutro a alcalino.

Igualmente, devido à sua natureza vulcânica, os solos são relativamente pouco erodíveis no seu estado natural, pelo facto de serem protegidos por uma película composta por cascalhos e matérias finas. Essa película, entretanto, é destruída com a prática agrícola em encostas de declive pronunciado. Os solos, porém, resistem relativamente bem à acção das chuvas, enquanto não estiverem saturados com água.

As terras de sequeiro são em geral exploradas a cerca de 90% do seu potencial, estando 57% dessas terras sem qualquer tipo de dispositivo de protecção de solos. Por outro lado, apenas 73% de terras irrigáveis são efectivamente cultivadas, com um fraco aproveitamento dos recursos hídricos e técnicas de irrigação pouco apropriadas. Portanto, existe um potencial que pode ainda ser melhor aproveitado (doc. do PAN, 1998).

De acordo com o mesmo documento, o regime fundiário actual é reminiscência do sistema de gestão de terras praticado no passado. Desde os tempos da ocupação colonial, as grandes propriedades foram fragmentadas e cedidas aos camponeses em regimes de arrendamento e parceria. Na ilha de Santiago, a maior parte dos melhores terrenos foi adquirida por hipotecas e depois revendida pelo Banco Nacional Ultramarino. Os novos proprietários praticaram os mesmos regimes fundiários (renda e parceria de pequenas parcelas). Durante a última grande fome, assistiu-se à venda anárquica de terras que foram

compradas por emigrantes e famílias ricas. Actualmente, a ilha de Santiago é onde se encontra uma grande predominância de arrendamento, enquanto que Santo Antão e Fogo são as ilhas onde predomina a parceria. Essas formas de exploração de terras não encorajam investimentos fundiários nem florestais.

De acordo com os dados do recenseamento agrícola de 1988, 41% das terras de sequeiro do País são exploradas por conta própria, 19% por parceria, 29% por arrendamento e 11% sob outras formas.

As formas de exploração no regadio distribuem-se da seguinte maneira: 50% conta própria, 20% parceria, 14% renda e 16% outras.

2.1.2. SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Segundo o documento de Estudo sobre Sistemas de Produção, 1997, os sistemas de produção agrícola variam conforme as zonas agro-climáticas, sendo assim classificados:

- Sistema de produção silvopastoril/ Zona árida
- Sistema de produção agrosilvopastoril/ Zona semi-árida, e sub-húmida e húmida de altitude
- Sistema de produção agropastoril/ Áreas irrigadas

2.1.2.1. Sistema de produção silvopastoril / Zona árida

Este sistema é caracterizado pela criação extensiva de animais, sobretudo ruminantes, em maior escala os caprinos, e onde se encontra a maioria das áreas florestadas com Prosopis juliflora (acácia americana), Parquinsonia aculeata (acácia martins), Acácia victoriae, e outras espécies forrageiras tais como herbáceas (Aristida cardosoi), Cleome viscosa e (Amaranthus spinosus) das mais resistentes à seca.

A agricultura de sequeiro é praticada em pequena escala, constituída essencialmente pelo cultivo do milho (Zea mays) e feijões (Dolichos lablab - feijão pedra, Vigna unguiculata - bongolon, Cajanus cajan - congo, Phaseolus vulgares - sapatinha e Phaseolus lunatus - fava) cuja produção depende da aleatoriedade das chuvas sendo a matéria seca utilizada para alimentação do gado.

Os animais em número elevado, encontram-se em estabulação livre, o que conduz a uma forte degradação da vegetação natural devido ao sobrepastoreio. A exploração animal

tem, entre outros objectivos, a produção de carne e de leite, este geralmente consumido em forma de queijo, destinada prioritariamente para consumo, sendo a comercialização feita apenas em caso pontuais e urgentes, para superar os constrangimentos familiares (Doc. de Estudo sobre os Sistemas de Produção, 1997).

2.1.2.2. Sistema de produção agrosilvopastoril / Zona semi-árida, sub-húmida e húmida de altitude

A **agrosilvopastorícia das zonas semi-áridas**, é caracterizada pela prática da agricultura tradicional de sequeiro, consociada com plantações de essências florestais (Prosopis juliflora, Parquinsonia aculeata, Acácia albida, Acácia bivenosa, Acácia seyal, Caylusea canescens, Bidens bipinnata e Aristida funiculada), plantadas em espaçamentos largos (10 x 5 m), onde as espécies alimentares aproveitam dos benefícios oriundos das estruturas mecânicas de conservação de solos e água (muretes, caldeiras e banquetas), do quebra-vento formado pela copa das árvores e da fertilização dos solos resultante da fixação do Nitrogénio pelo *Rhizobium* x leguminosa.

A criação pecuária aproveita as vagens e a biomassa das espécies florestais, as plantas invasoras arrancadas na altura da monda e dos restos das culturas após as colheitas (milho, feijões, etc.).

Por outro lado, as culturas e as espécies florestais, aproveitam o estrume deixado pelos animais aquando da pastagem no período da entre-safra.

É comum a exploração extensiva (pastoreio de grande rebanhos de cabras acompanhados por pastores). Os bovinos, em menor número, encontram-se geralmente presos nas proximidades das habitações (amarrados ou em cercas rudimentares de pedra ou chapas de bidon). Normalmente são alimentados com restos de culturas de sequeiro (milho e feijões). A produção neste tipo de exploração é destinada não somente para o autoconsumo, como também para a comercialização (muito modesta). Dependente da disponibilidade forrageira, a alimentação dos animais é suplementada ou não com pasto conservado ou adquirido, milho sêmea e muitíssimo raro ração, consoante os recursos financeiros dos criadores.

A **agropastorícia das zonas sub-húmida e húmida de altitude**, é também caracterizada pela produção de agricultura de sequeiro em consociação com essências florestais.

As zonas húmidas e sub-húmidas oferecem as melhores condições para a prática da agricultura de sequeiro. As culturas praticadas são as do milho, dos feijões (sapatinha, fava, feijão pedra, congo e bongolon) dos tubérculos e raízes, (mandioca, batata-doce e batata comum) e das hortícolas (tomate, cebola, repolho, couve, etc.). As fruteiras desenvolvem-se bem nestas zonas (mangueira, cajueiro, citrinos, pinha, pinhão e goiabeira). A cultura de café (*Coffea arabica*) é praticada em grande escala principalmente nas ilhas do Fogo e Santo Antão.

As forrageiras, principalmente herbáceas, desenvolvem-se muito bem, encontrando-se sobretudo as espécies *Andropogon gayanus* (touça), *Cenchrus ciliaris* (balanço), *Penisetum pediculum* (rabo de gato grande), *Rhynchelytrum repens* (flor vermelha) e *Panicum maximumm* (djédjé - cavalo).

Encontram-se alguns perímetros florestais nestas zonas, sendo as espécies florestais predominantes o *Eucalyptus* spp, *Pinnus* spp, *Grevillea robusta*. É comum a prática da cultura de sequeiro (principalmente de tubérculos e de raízes) nos referidos perímetros.

Para evitar o desaparecimento do solo, provocado pelo pastoreio livre e pelos tratos culturais, algumas zonas altas foram postas em regime florestal (Planalto Leste em Santo Antão, Serra Malagueta em Santiago, Monte Velha na ilha do Fogo, etc).

Nestas zonas, é característica a exploração intensiva dos animais (pequenos a médios rebanhos, geralmente bovinos, caprinos leiteiros) em regime estabulado ou semi-estabulado. Estes são alimentados com os subprodutos da agricultura, pasto, suplementada ou não com milho, sêmea ou ração, conforme o poder económico dos criadores e consoante as necessidades imposta pelos maus anos agrícolas. Nestes casos a produção, é já maior e, em boa parte comercializada. Geralmente, predomina a produção leiteira sendo esta vendida localmente, nas proximidades ou mesmo em pontos mais distantes, sob a forma natural ou então transformado em queijo e/ou manteiga. Estes, embora muito apreciados pela população, não contribuem para a valorização do produto, porquanto o criador não consegue um valor acrescentado, sobretudo devido ao baixo preço deste no mercado local.

2.1.2.3. Sistema de produção agropastoril / áreas irrigadas

Este sistema, caracteriza-se pela exploração integrada de culturas irrigadas e pecuária intensiva, tendo em conta a utilização dos subprodutos na alimentação animal e o aproveitamento do estrume curtido na fertilização dos solos.

A agricultura de regadio é praticada, no fundo das ribeiras em terraços laterais, ou em socalcos, sendo as espécies mais cultivadas a cana-de-açúcar (*Saccharum Offcinarum*), a bananeira (*Musa spp*), mandioca (*Manihot esculenta*), a batata-doce (*Ipomea batatas*), a batata-comum (*Solanum tuberosum*), a cebola (*Allium cepa*) e outras mais. Também encontram-se fruteiras tais como: mangueiras (*Mangifera indica*), papaeira (*Carica papaya*), tamarindeiro (*Tamarindus indica*), cajueiro (*Anacardium occidentale*), coqueiro (*Cocos nucifera*) e citrinos (*Citrus spp*). A agricultura praticada é intensiva sendo as espécies cultivadas em consociação, ou em cultura estreme.

A criação dos animais (sobretudo ruminantes) é feita em regime estabulado, com predominância da espécie bovina, muito utilizada nos trabalhos de trapiche.

2.2. SECTORES DE APOIO À PRODUÇÃO

É imperioso também não descurar a caracterização dos diversos sectores de apoio de actividades agro-silvo- pastoril, pela grande importância que os mesmos desempenham, tendo em conta que o sector agrário isolado não consegue obter o objectivo desejado, que é o aumento da produção e da produtividade.

Neste contexto, os sectores de apoio à produção agro-silvo-pastoril em Cabo Verde são:

* **Engenharia Rural:** que executa a maioria das obras relativas à protecção dos solos, captação e distribuição de água no meio rural e à fomentação. O Recenseamento Agrícola de 1988 revela que 5% das terras agrícolas não tinham qualquer tipo de protecção. A protecção contra a erosão era em forma de terraços/socalcos, em 10% das áreas, 25% das superfícies estavam protegidas com muretes, 7% com diques e 19% tinham floresta

* **Investigação:** A investigação no sector agrário é realizada pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA) que depende muito dos fundos externos e das ajudas bilaterais e multilaterais. Actualmente a investigação agrária dispõe de meios modestos para a realização das actividades que desenvolve. No período de 1992 a

1995 (período de implementação do III PND), a investigação agrária desenvolveu diversos trabalhos ao nível dos recursos naturais, onde se incluem os solos, o meio ambiente, a vegetação, a água e ao nível das culturas tradicionais de regadio e de sequeiro. Contudo, na componente da produção e sanidade animal, as acções foram muito limitadas e, na área da silvicultura, praticamente não houve intervenções (de acordo com o documento do PND 1997-2000).

* **Animação Rural:** A Direcção Geral de Animação Rural é a entidade responsável pela coordenação das suas actividades com outros organismos, de acordo com o tipo de informação a promover. Segundo o PND 1997-2000, no país existem 30 Centros de Animação Rural. Para a realização do trabalho de campo, a estrutura conta com 68 animadores que devem cobrir cerca de 32000 famílias. O número de animadores é variável consoante as ilhas. No entanto, a DGAR pretende dispor, em média, de um animador para 125 camponeses, média essa que está longe de ser atingida. Os métodos utilizados para transmissão das mensagens são os mais variados e vão desde os programas na rádio e na televisão, ao contacto directo através de visitas, reuniões etc. A título ilustrativo, em 1994 foram beneficiários do sistema de informação cerca de 8000 camponeses, número duplicado em 1995. Não há uma coordenação eficaz de trabalho com as áreas técnicas do sector, nomeadamente, com a investigação, no âmbito da divulgação e utilização dos resultados da investigação aplicada.

* **Crédito Rural:** O sector agro-pecuário, é o sector que menos crédito foi concedido pelo sistema bancário tradicional para o desenvolvimento das suas actividades. O actual sistema não está vocacionado para operar no sector. Outras vias, nomeadamente, através de projectos com componentes que configuram formas de crédito, também não resultaram. O sistema semi-informal das Caixas de Poupança e Crédito também não evoluiu.

Neste âmbito, em 1994, foi instituída a Caixa de Crédito Rural, sediada na Assomada, visando apoiar financeiramente os sectores da agricultura, das pescas e o desenvolvimento rural. Mesmo assim, não conseguiu dar resposta aos diversos projectos formulados e encaminhados a essa instituição para concessão de crédito. A título de exemplo, em 1995, foram submetidos 413 projectos para financiamento no valor de 390 mil

contos e apenas foram concedidos 36 mil contos correspondente aproximadamente à 9% (PND 1997-2000).

* **Formação:** O Centro de Formação Agrária (CFA), do INIDA, confere graus de bacharel em Ciências Agrárias, de técnicos profissionais e realiza diversos cursos de curta duração (para técnicos auxiliares de extensão rural, agentes de animação de base comunitária, técnicos auxiliares florestais etc.), formação de formadores e seminários.

A formação de agricultores, sobretudo de jovens agricultores, tem sido, praticamente, inexistente.

2.3. POLÍTICAS AGRÁRIAS

Uma política agrária eficaz baseia-se em programas de ENSINO/FORMAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO RURAL, CRÉDITO e FOMENTO ou ESTÍMULO à produção. Assim torna-se imperativa a realização dos Programas de Desenvolvimento Agrário nomeadamente:

O ensino agrícola abrangendo todos os níveis, desde a iniciação nas escolas rurais do primeiro grau, passando pelo ensino médio e superior.

A pesquisa agrícola visando a gerar conhecimentos que possibilitem aos agricultores para o aumento da produtividade do seu trabalho, da melhor qualidade de vida e bem-estar e, ao mesmo tempo, assegurando a produção de alimentos e matérias-primas para as indústrias, em quantidade suficiente para o consumo de toda a sociedade.

É comum a afirmação de que é necessária uma maior e melhor articulação entre a pesquisa e a extensão dado o facto de que há grande disponibilidade de informações de técnicas, sem que elas sejam difundidas entre os agricultores.

Para que os métodos e técnicas de trabalho e produção gerados pela pesquisa oficial e particular e pelos próprios agricultores, sejam difundidos com eficácia, torna-se necessário o emprego de processos educativos, nos quais se fundamentam os métodos de extensão.

A extensão é mais efectiva quando actua com líderes de grupos de vizinhança ou de comunidades, com base em Demonstrações de Resultados, Unidades Demonstrativas e outros métodos educativos que demandam um sólido conhecimento técnico e metodológico por parte dos seus agentes. A presença constante e directa dos extensionistas nas

comunidades rurais, junto àqueles líderes e membros de suas comunidades, impõe-se na medida em que é nelas que tem início o planeamento participativo e a educação de base para a organização associativa dos agricultores.

O Crédito Rural pode ser uma poderosa arma para o fomento da produção. Quando articulado ao serviço de extensão, sua finalidade é contribuir para o aumento da produtividade do trabalho do agricultor, de forma que ele aumente seu rendimento líquido.

A maior estabilidade possível na política agrária de um país seria factor importantíssimo de estímulo ao agricultor, porquanto seria menos um dado imprevisível e incontrolável que ele teria que considerar na sua complexa equação de produção, onde a instabilidade do clima, do mercado e de outras variáveis já suficientes para tornar a agricultura uma das actividades mais difíceis que exerce o ser humano.

Sendo o Ministério da Agricultura o órgão responsável pela formação e execução da política agrária no país, a ele deveria caber a tarefa de traçar as linhas mestres concretas dessas políticas de desenvolvimento de acordo com as características próprias de cada zona e actividades e sectores a serem financiados, implementados ou executados.

2.3.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS, MEDIDAS E METAS DOS PND (I à IV PND)

Os objectivos que abaixo se descreverão, restringem-se fundamentalmente para o sector produtivo/agrário (agricultura, silvicultura e pecuária), no qual se baseia a análise do presente trabalho.

2.3.1.1. I Plano Nacional de Desenvolvimento

Objectivos principais

- Pôr fim à degradação do património fundiário
- Reduzir o êxodo rural, satisfazendo ao mesmo tempo parte significativa das necessidades alimentares básicas
- Prosseguir a luta contra a erosão, de forma sistemática e em larga escala; só ela poderá permitir preservar o capital fundiário existente e a sua extensão no futuro, assegurando desta forma a perenidade do desenvolvimento agrícola a longo prazo.

- Aumentar a produção graças a Reforma Agrária, ao Crédito Agrícola, ao aumento da área irrigada de cerca de 250 ha e melhoria duma área sensivelmente igual; (diminuindo assim a dependência em relação a ajuda alimentar).

Orientações gerais

- Desenvolvimento equilibrado das culturas irrigadas e de sequeiro, no âmbito de um reordenamento do conjunto do espaço rural;
- Desenvolvimento de actividades de produção popular agrícolas ou não nas zonas rurais;
- Lançamento de bases para melhor transformação, distribuição e comercialização de produtos agrícolas;
- Expansão da produção alimentar de regadio e de sequeiro no âmbito de uma séria estratégia alimentar que tenha por fim último a satisfação mínima das necessidades alimentares através de produtos nacionais.
- O estudo dos mercados agrícolas potenciais da exportação e do mercado interno, assim como a política de preços e da comercialização a praticar.

Medidas

- Prossecução dos inquéritos nas ilhas, com vista ao conhecimento exaustivo quanto possível da estrutura agrária do país. A entrada em plena actividade da Comissão Nacional da Reforma Agrária, integrado por todos interessados, permitiria a melhor interpretação e aplicação da Lei das Bases, Gerais da Reforma Agrária e do Arrendamento Rural que conduziria a um equilíbrio nas relações da produção agrícola;
- Reforço e alargamento das actividades do Instituto Nacional de cooperativas, cuja a vocação fundamental seria a de suscitar o nascimento, o desenvolvimento e a autonomia das cooperativas, como forma de participação popular na Reconstrução Nacional (segundo o Programa do Governo para a 11ª Legislatura);
- Implantação efectiva do Crédito Agrícola sob responsabilidade conjunta BCV/MDR, como forma de incentivar e enquadrar a produção agrícola dinamizadora e inserindo-a no processo do conjunto;
- Institucionalização do Código da Água, coordenando e controlando a valorização e distribuição dos recursos hídricos bem como o estabelecimento da respectiva legislação;

- A implementação de um Serviço de Animação e Extensão Rural que seja o portador das inovações técnicas a introduzir nas empresas privadas. A extensão rural deverá ter uma ligação estreita com o Crédito Agrícola. A sua acção deverá ser multidisciplinar, prevenindo desta maneira a melhor inserção dos agricultores no quadro do desenvolvimento do sector;
- Implementação e melhoria dos serviços de Empresa de Fomento Agro-Pecuária (FAP)
- A partir do Centro de Estudos Agrários, fazer da investigação recorrente e da experimentação aplicada meios importantes ao serviço dos agricultores nacionais;
- A prossecução dos estudos de Ordenamento Rural e das bacias hidrográficas que para além de fornecer dados de vocação de solos e sobre o seu melhor aproveitamento, deverão fornecer igualmente os elementos sobre aspectos sócio-económicos dos espaços inquiridos com vista a posteriores medidas de ordenamento territorial.

2.3.1.2. II Plano Nacional de Desenvolvimento

Objectivos e perspectivas

- Luta contra a desertificação e a erosão.
- Mobilização e valorização dos recursos hídricos.
- Desenvolvimento qualitativo e quantitativo da Reforma Agrária.
- Aumento da produção agro-pecuária.
- Promoção de circuitos de comercialização, transportes e construção de infra-estruturas que os apoiem.
- Desenvolvimento de utilização de energias renovável.
- Desenvolvimento da ligação com os agricultores através da Extensão Rural.
- Alargamento qualitativo e quantitativo do sector associativo.
- Generalização da formação de quadros técnicos e de agricultores.
- Desenvolvimento da pesquisa aplicada.
- Aumento dos rendimentos da população rural.
- Transformação agro-alimentar.
- O desenvolvimento da produção agro-silvo-pastoril salvaguardando, contudo, o património ecológico.
- A promoção da participação das populações no processo de desenvolvimento.

Orientações e princípios

- A iniciativa privada terá o principal papel produtor.
- O Estado suprirá parte da procura e procurará estabilizar os preços.
- Melhoria na distribuição do rendimento e aumento de emprego.
- Racionalização da utilização dos recursos naturais.
- Crescimento e permanente envolvimento das populações.
- Promoção do desenvolvimento equilibrado e integrado.
- Promoção da integração da mulher no desenvolvimento.

Medidas

— Aumento da área irrigada e promoção de uma crescente produtividade no sequeiro e regadio; divulgação de métodos de irrigação mais eficientes; a elaboração de planos anuais de produção e de calendários de culturas; introdução de variedades genéticas melhoradas; Difusão de uso de fertilizantes e meios racionais de controlo de doenças e pragas; reordenamento de culturas no sequeiro; intensificação das culturas de sequeiro.

- Substituição progressiva das principais fruteiras envelhecidas ou pouco produtivas; aumento da produção de material vegetal seleccionado; criação de viveiros; melhorias das técnicas de propagação.
- Luta contra a propagação dos inimigos dos vegetais.
- Desenvolvimento do silvo-pastorilismo e constituição de reservas naturais.
- Promoção de substituição da produção tradicional ou de subsistência por uma produção familiar intensiva dirigida para o mercado; aumento da disponibilidade em alimentos para gado; Introdução e vulgarização de raças melhoradas; melhoria do estado sanitário do gado e prevenção da entrada no território nacional de doenças exóticas; aumento dos pontos de abeberamento para o gado e melhoria das estruturas de transformação e conservação.
- Articulação e dinamização do triângulo estratégico para o desenvolvimento rural.

- a) A Extensão, na sua função difusora de novas técnicas.
 - b) O associativismo, na organização da força de trabalho no campo.
 - c) O crédito na função de financiador das alterações qualitativas e quantitativas.
- . promoção da comercialização dos principais produtos.

- . Incentivos para o aproveitamento industrial ou semi-industrial dos produtos agrícolas e pecuários buscando mercado externo;
- . Intensificação da utilização dos instrumentos técnicos de gestão nas empresas públicas e aumento da qualificação dos técnicos e gestores.
- . Desenvolvimento das potencialidades existentes nas zonas e sistemas produtivos e promoção da decisão local.

2.3.1.3. III Plano Nacional de Desenvolvimento

*** Agricultura**

Objectivos específicos

- Valorização e conservação dos solos agrícolas;
- Valorização dos recursos hídricos já disponibilizados para a agricultura;
- Reordenamento cultural das terras cultivadas no sequeiro;
- Substituição gradativa de culturas extensivas de sequeiro e subsistência, por culturas de regadio intensivo ou semi-intensivo voltadas para o mercado;
- Diminuição de perdas de produção.

Medidas

- Estudo, análise e classificação dos solos agrícolas e potencialmente agrícolas;
- Protecção e conservação de solos, com recursos à construção de infra-estruturas mecânicas e biológicas;
- Introdução de novos sistemas de captação d águas superficiais, designadamente através de sistemas de "water harvesting".
- Captação de águas de nevoeiro;
- Fomento da utilização de factores de produção, nomeadamente, sementes, adubos e unidades fitossanitárias;
- Vulgarização de técnicas culturais modernas e adaptáveis às condições do País;
- Fomento de uma cultura empresarial na gestão agrícola;
- Formação, especialização e reciclagem de técnicos e agricultores;

Culturas de sequeiro

- Criação de condições, nas zonas húmidas e sub-húmidas, para que as culturas tradicionais venham a ceder espaço a outras mais adaptadas sob o ponto de vista ecológico, económico e social;
- Criação de condições para a substituição do milho, nas zonas áridas e semi-áridas, por espécies mais adaptadas.

Culturas de regadio

- Vulgarização de tecnologias de rega modernas
- Produção local de sementes hortícolas e batata semente.

*** Fruticultura**

- Intensificação da produção frutícola e fomento da fruticultura de sequeiro, nas zonas húmidas e sub-húmidas;
- desenvolvimento de um programa nacional de produção de plantas, promoção e realização de campanhas de plantação no sequeiro, em concertação com os serviços florestais;
- Vulgarização frutícola.
- Distribuição de espécies e variedades frutícolas, em função da vocação das zonas agro-ecológicas;
- Valorização da cafeicultura;
- Prossecução dos trabalhos já iniciados em apicultura;

*** Protecção vegetal**

- Adaptação de medidas e métodos de controlo de pragas e doenças com maior importância económica;
- Continuação da introdução de espécies resistentes a certas pragas e doenças;
- Fomento da prática de rotação de culturas;
- Sensibilização ao uso adequado de produtos fitossanitários, equipamentos de pulverização;
- Criação e equipamento de células de quarentena e câmaras de fumigação;
- Recrutamento, e formação e vinculação de inspectores fitossanitários;

- Reforço da fiscalização e do controlo fitossanitários nos portos, aeroportos, serviços postais e demais serviços envolvidos;
- Limitação da importação a plantas "in vitro"

Metas

- Construção de dispositivos de protecção de solo nos 18000 ha de terras agrícolas, ainda sem protecção;
- Disponibilização de mais 700 ha para culturas de regadio, totalizando uma área de 2.500 ha.

*** Silvicultura**

Objectivos específicos

- Luta contra a desertificação;
- Restauração do património ecológico;
- Melhoria na satisfação das necessidades da população em combustível lenhoso, madeira de obra e de serviço, bem como em material forrageiro para o gado.

Medidas

- Organização adequada e dinâmica do sub-sector e sua legislação;
- Integração da silvicultura com agricultura e a pecuária;
- Produção e melhoramento da pastagem herbácea e arbórea;
- Diversificação do uso da madeira;
- Estabelecimento de ciclos de corte por espécie florestal e estudo das produções por ciclo e por espécie.
- Sensibilização e enquadramento das comunidades rurais em todas as fases do processo;
- Capacitação e formação de quadros a todos os níveis;
- Organização em moldes empresariais, da exploração dos perímetros florestais das zonas altas.
- Efectuação de cálculos de custos/benefícios;

Metas

Com a aplicação das estratégias propostas, pretende-se, no período de 1992-95, reflorestar 19.780 ha, através da fixação de 6.658.800 plantas.

*** Pecuária**

Objectivos específicos

- Desenvolvimento de uma pecuária modernizada, com ênfase particular nas explorações do tipo familiar;
- Aumento da produção mantendo custos favoráveis;
- Melhoramento da criação de ruminantes;
- Melhoramento da avicultura e suinicultura tradicionais;
- Aumento do valor acrescentado da produção pecuária nacional.

Medidas

- Intensificação da criação de gado, assente numa melhor valorização dos restos da agricultura e no aumento dos recursos forrageiros;
- Silvo-pastoralismo, visando valorizar os recursos dos perímetros reflorestados;
- Intensificação da pecuária assente no aproveitamento dos subprodutos agrícolas.

*** Transformação agro-alimentar**

Objectivos específicos

- Valorização das matérias primas locais;
- Redução de perdas de excedentes de produção agro-pecuária,
- Consumo por um período mais longo, de produtos sazonais.

Medidas

- Melhoramento de técnicas de produções locais;
- Valorização de técnicas de transformação e conservação;
- Criação de condições para aquisição e comercialização de embalagens e matérias primas inexistentes no mercado local.

2.3.1.4. IV Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000)

***Programa de Desenvolvimento do Sector Agrário**

Objectivos

- Aumentar a produção e a produtividade;
- Adequar os sistemas de exploração da terra às condições do meio ambiente numa perspectiva de utilização sustentável dos recursos designadamente dos solos e da água;
- Desenvolver o processo de integração do sector agrícola na economia do mercado.

Metas

- Aumentar a produção de legumes, de raízes e tubérculos.
- Aumentar a produção de carne, de leite e de ovos.

*** Gestão sustentável dos recursos naturais**

Objectivos

- Optimizar a exploração dos recursos hídricos subterrâneos e garantir a sua gestão, numa óptica de equilíbrio de longo prazo, de modo a não se perigar o futuro das reservas;
- Racionalizar o consumo de água;
- Preservar os solos.

Metas

- Disponibilizar e aumentar a água para irrigação em 13.350 m³/dia, com vista à consolidação da área irrigada existente e recuperação de 300 ha;
- Estabelecer uma estrutura tarifária definida, que permita cobrir 100% dos custos da produção, manutenção e distribuição das zonas urbanas e 50% destes custos nas zonas rurais;
- Ter uma florestação de 5.500 ha de terreno, através de fixação de 1.300.000 plantas de diversas espécies florestais;

- Aumentar hectares de área agrícola de sequeiro nas zonas húmidas e sub-húmidas com infra-estruturas mecânicas e biológicas (fruteiras fixadas) de conservação de solos e água protegidas;

- Aumentar a superfície ocupada com sistemas de micro-irrigação em 180 ha;

*** Promoção do sector agrário privado**

Objectivos

- Aumentar a produção e melhoria da qualidade dos produtos;

- Desenvolver as actividades geradoras de rendimentos no domínio da transformação agro-alimentar;

- Manter um abastecimento regular, em bens essenciais e factores de produção com base na criação de uma rede de importação e distribuição, constituída por agentes privados;

- Promover a utilização de novas tecnologias.

Metas

- Disponibilizar e aumentar os factores de produção;

- Melhorar o sistema de comercialização e distribuição dos factores de produção;

- Transformar e conservar tradicionalmente os produtos alimentares passada a micro-indústrias de carácter familiar;

- Consolidar e alargar a actividade da Caixa de Crédito Rural ao nível nacional;

- Promover e realizar feiras agrícolas.

*** Reforço institucional**

Objectivos

- Reforçar as capacidades de planeamento, implementação e seguimento das políticas no MAAA;

- Desenvolver a capacidade técnica de pesquisa aplicada e de transferência de tecnologias aos agricultores;

- Fortalecer as estruturas de formação profissional nos sectores da agricultura, silvicultura e pecuária;

- Melhorar a eficácia da rede de animação rural e a sua interligação com as instituições agrárias que têm os papéis de investigação, experimentar, planear, regular e fiscalizar.

Metas

- Melhorar a eficácia e nível de intervenção dos serviços do Ministério no meio rural;
- Garantir apoio e assistência técnica aos agricultores.

2.3. ALGUNS PROJECTOS E ONGs QUE DESENVOLVEM ACTIVIDADES DIRECTA OU INDIRECTAMENTE NO ÂMBITO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Segundo o documento do PAN, 1998, as ONGs nacionais estão desempenhando papéis cada vez mais importantes no âmbito da luta contra a desertificação. Durante os últimos anos, várias foram as ONGs criadas e com objectivos de proteger o ambiente, lutar contra a pobreza e participar no desenvolvimento local ou comunitário. A estratégia das ONGs, baseadas na abordagem comunitária e na flexibilidade nas formas de intervenção, é bastante adaptada. Estima-se em mais de 30, o número de ONGs engajadas em vários sectores do desenvolvimento económico e social nomeadamente a ADAD, os Amigos da Natureza, o CITI-Habitat, a MORABI e a OMCV:

■ **ADAD** (Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento) - intervém a nível nacional e nos seguintes domínios:

- . Sensibilização para a LCD.
- . Saneamento e gestão dos recursos naturais (sobretudo florestais)
- . reflorestação.

■ **“Amigos da Natureza”** - intervém principalmente nas ilhas de S. Vicente e Fogo com as seguintes actividades:

- . plantação de espécies florestais e fruteiras;
- . produção de hortaliças;
- . criação de caprinos, ovinos, suínos e bovinos;
- . melhoramento da raça caprina.

■ **CITI - HABITAT** - intervém a nível nacional, desempenhando actividades em domínio, tais como:

- . a sensibilização para o desenvolvimento comunitário;
- . a formação de "leaders" comunitários;
- . a divulgação de tecnologias adaptadas às condições locais: fogões melhorados, difusão da utilização de energia solar;
- . apoio na realização de actividades económicas.

■ **MORABI** (Associação para a autopromoção das Mulheres no Desenvolvimento), intervém a nível nacional realizando principalmente actividades de :

- . sensibilização em vários domínios;
- . promoção de actividades económicas e de auto-emprego (comércio, pecuária, agricultura, pesca, transformação de produtos agro-pecuários, etc.).

■ **OMCV**(Organização das Mulheres de Cabo Verde) - intervém em actividades tais como:

- . o apoio às mulheres na promoção de actividades económicas;
- . apoio a jardins infantis e famílias vulneráveis.

Projectos

■ **Programa dos Estados Unidos da América**

Este programa gerido pela **ACDI** abrange vários projectos financiados no âmbito da ajuda alimentar dos Estados Unidos da América. O programa intervém nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Fogo e pontualmente nas outras ilhas.

O programa apoia associações de camponeses que executam diversas acções de desenvolvimento rural e a sua estratégia visa garantir a perenidade das intervenções. Mais de 30 associações foram já criadas na ilha de Santiago, onde a ACDI trabalha em estreita colaboração com a organização das associações - OASIS. A ACDI apoia as associações nos seguintes domínios:

- construção de dispositivos anti-erosivos (muretes, banquetes, caldeiras, etc.) e reflorestação;
- construção de obras hidráulicas (reservatórios, levadas, diques de captação, etc.);
- difusão da micro-irrigação;
- construção de cisternas familiares;
- crédito rural;

- difusão de fogões melhoradas.

■ **PRODAP - FIDA**

Financiado pelo FIDA e pela Cooperação Francesa no que diz respeito a assistência técnica, o Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário na Base comunitária intervém na ilha de Santiago. As zonas abrangidas pelo projecto têm vocação para a agricultura de sequeiro, ou seja, a parte montante da bacia hidrográfica da Ribeira Seca. Também fazem parte das suas zonas de intervenção algumas zonas com vocação silvo-pastoril localizadas nos municípios do Tarrafal, São Domingos e Praia. Este projecto tem três componentes directamente ligadas à luta contra a desertificação.

■ *O projecto de tratamento integrado do vale de Ribeireta.* Este projecto financiado pela Cooperação Austriaca previa como actividades que abrangem a construção de infra-estruturas anti-erosivas e hidráulicas, a reflorestação, o abastecimento de água às populações, a promoção de AGR, entre outras.

■ *O projecto Florestal Integrado nas Ilhas de Santiago e Maio(KFW2)*

Este projecto é financiado no quadro da cooperação entre Cabo Verde e a Alemanha. A componente Santiago abrange as zonas de Rui Vaz (município de São Domingos), Salineiro e João Varela (município da Praia). Na ilha de Maio, o projecto intervém nas zonas de Morro, Calheta, Morrinho, Cascabulho e Pedro Vaz.

- Os objectivos deste projecto são: aumentar o potencial agrícola e florestal e, melhorar o abastecimento das populações com produtos agrícolas e florestais.

■ *O Projecto RAF(Floresta e Segurança Alimentar)*

Financiado pela FAO, o projecto RAF tem como objectivos gerir racionalmente e de forma duradoura o espaço florestal e melhorar a segurança alimentar. Este projecto intervém nos seguintes municípios e zonas:

- Santa Cruz: Longueira;
- São Domingos: Tinca;
- São Filipe: Ribeira de São Filipe e as zonas de altitude;
- Maio: Calheta;
- Ribeira Grande e Porto Novo: Lagoa.

■ *O Projecto "Apoio à implementação do Programa de Acção Florestal Nacional"*

- Financiado pela FAO/Países - Baixos, este projecto tem como objectivo principal reforçar as capacidades nacionais para a implementação do PAN.

■ *O Projecto de "Desenvolvimento do sector hortícola-fase III".*

Este projecto financiado pela FAO/Países - Baixos, tem como objectivo:

- a intensificação da vulgarização para a promoção da horticultura nas ilhas com potencialidades, nomeadamente Santiago, Santo Antão, Fogo, São Vicente, São Nicolau, Brava e Maio;
- a intensificação e diversificação da produção de frutas, legumes, raízes e tubérculos.

■ *O Projecto Florestal das Ilhas de Santiago e Fogo(KFWI)*

Os objectivos, deste projecto financiado pela cooperação Cabo Verde - Alemanha, são: aumentar o potencial produtivo e restabelecer a cobertura vegetal.

■ *O Projecto Comunal Fogo/Brava*

Este projecto, igualmente financiado pela cooperação Cabo Verde - Alemanha, pode ser considerado como o prolongamento do antigo Projecto Integrado Fogo/Brava. As actividades podem ser resumidas da seguinte forma:

- a formação de agentes de desenvolvimento em abordagem participativa;
- o estabelecimento de um sistema de crédito rural;
- o apoio na construção e reparação de cisternas familiares e comunitárias naquelas ilhas.

2.4. PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO SECTOR AGRÁRIO

Dada a escassez de áreas agro-climáticas aptas para a prática da actividade, configura-se, como maior limitação ao desenvolvimento da agricultura de sequeiro, a falta de variedades adequadas(que permitam rendimentos mínimos viáveis), (PND 1997-2000).

➤ Os factores principais que limitam as culturas de regadio e o abastecimento do mercado com os produtos delas resultantes são:

- A escassez de terras irrigadas e irrigáveis;
- O aumento progressivo do consumo de água para o abastecimento das populações e consequente diminuição da sua disponibilidade para a agricultura;

- O predomínio de explorações familiares de dimensão reduzida com um baixo nível tecnológico e o tipo de arrendamento fundiário, que inibe o investimento nas explorações agrícolas;

- A fraca cobertura da rede comercial de venda de factores de produção, as condições impróprias que a venda de agro-químicos, as insuficiências no escoamento dos produtos com elevadas perdas e desequilíbrio na sua distribuição;

- A reduzida assistência técnica aos camponeses.

➤ No domínio da pecuária as principais condicionantes são:

- Falta de água e de pontos de abeberamento nas zona com alguma vocação para a pastorícia;

- Base forrageira limitada e ausência de tradição de recolha, conservação de pasto e de tecnologia adaptada para o aproveitamento dos subprodutos agrícolas para alimentação animal;

- A má gestão das áreas silvo-pastoris;

- Técnicas de criação inadequadas e dificuldade no aprovisionamento de factores de produção e de medicamentos;

Insuficiente controle sanitário a nível de fronteiras e entre ilhas;

- Inexistência de um serviço de controle de qualidade alimentar e precárias condições sanitárias no abastecimento das populações;

- Baixo nível de formação dos criadores.

➤ Principais condicionantes ao desenvolvimento da silvicultura provêm de:

- Inexistência de um inventário sobre o estado da floresta e falta de programação plurianual concertada com planos de ordenamento das bacias hidrográficas;

- Inexistência de um plano e normas de manutenção florestal;

- Insuficiente investigação florestal e carência de técnicos qualificados;

➤ Principais limitações a transformação agro-alimentar industrializada, é a ausência de matérias primas, bem como a inexistência de normas regulamentadoras para os produtos alimentares e os reflexos da deficiente rede de transportes inter-ilhas dificultar a distribuição d produtos no mercado interno.

➤ No domínio da engenharia rural, as principais limitações são:

- Os programas de trabalho envolvem a criação de postos de trabalho, o que determina, em grande medida, a absorção de uma grande parte do respectivo orçamento;
- A inexistência de estudos de ordenamento das bacias hidrográficas e de programação plurianual;
- Insuficiente registo de execução, inexistência da avaliação do impacto e de manutenção das obras;
- Falta de envolvimento da população na selecção, programação e execução das obras.
 - No domínio da investigação agrícola, as principais condicionantes são:
 - Deficientes ligações institucionais horizontais entre as diversas estruturas sectoriais, dificultando a integração da investigação nos projectos e programas de desenvolvimento rural;
 - Fraco desenvolvimento da investigação pecuária, silvícola e frutícola: Os programas de investigação sobre os sistemas de produção têm privilegiado os aspectos agrónómicos em detrimento dos aspectos sócio-económicos;
 - Área de formação está principalmente limitada por:
 - Forte dependência de fundos externos;
 - Paralisação da formação de jovens camponeses e agricultores.
 - As principais limitações para o desenvolvimento da actividade de animação rural são:
 - Falta de coordenação inter serviços, nomeadamente, entre os serviços de fomento e de investigação;
 - Insuficiências da rede de animação rural, considerando o número de explorações agrícolas existentes;
 - Deficientes meios de formação, comunicação e de transporte;
 - Recursos financeiros escassos para a manutenção do funcionamento dos centros.
 - Os principais constrangimentos do sector de crédito rural são:
 - Falta de meios financeiros e humanos da CCR para exercer a sua função;
 - Crédito por via institucional não ser usual no meio rural;
 - Má imagem provocada pelas experiências anteriores, tanto no sistema tradicional como no crédito informal, as quais distorceram e tornaram não credíveis, o significado do crédito;

- Dificuldades no retorno dos créditos, dificultando e impossibilitando a realimentação dos sistemas;
- Ausência de política financeira direccionada para o sector agrário, com estímulos para os jovens.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi levado a cabo no Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) - Ministério da Agricultura e Pescas. Para se atingir os objectivos do presente trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas, no qual se tomou como base os quatro Planos Nacionais de Desenvolvimento do sector agrário em Cabo Verde.

Paralelamente a isso, foi utilizada, como material, uma ficha de entrevista (em anexo) aos agricultores, associações, cooperativas, e consultas à algumas individualidades e instituições que directa ou indirectamente se relacionam com o sector agrário nas ilhas de Santiago, Santo Antão e São Vicente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Evolução do sector/realizações dos PND (Agricultura, Silvicultura, Pecuária)

A primeira etapa das medidas tomadas pela Administração após a independência consistiu na definição de programas como objectivo de resolver a grave situação de emergência à qual o País estava confrontado. Esses programas foram o Programa de Acção de luta contra as consequências da seca (1976-1977), seguido do Programa de Emergência (1977-1978).

O I Plano de Desenvolvimento Económico e Social (1982-1985) foi para além de acções de emergência com a planificação para o médio e longo prazo. Neste plano, a auto-suficiência alimentar, os sectores de educação, da saúde, da valorização de recursos naturais e a luta contra a desertificação foram considerados como prioritários. As políticas de CSA e reflorestação não podiam ser definidas em detrimento de áreas cultivadas ou de produção agrícola. As técnicas implementadas eram a construção de dispositivos mecânicos de CSA nas encostas e no fundo dos vales com o intuito de ganhar a confiança dos agricultores. A construção dessas obras permitiu, de entre outras coisas, empregar muitos

camponeses durante uma boa parte do ano, no quadro das Frentes de Alta Intensidade da Mão - de - Obra (FAIMO), (doc. do PAN, 1998). Apenas teve um grande impacto no rendimento das famílias camponesas desfavorecidas, através da implementação das FAIMO.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1986-1990) teve como principais objectivos:

- o desenvolvimento da produção agro-silvo-pastoril salvaguardando, contudo, o património ecológico;
- o aumento dos rendimentos da população rural;
- a criação de emprego no meio rural;
- a promoção da participação das populações no processo de desenvolvimento.

As políticas adoptadas durante esses primeiros anos de independência permitiram realizar um volume considerável de obras para minimizar as causas físicas da erosão e da desertificação. Contudo, essas políticas não permitiram resolver o problema da pressão sobre os recursos naturais. Tal pressão advém do crescimento da população e do empobrecimento da população rural. Recorrendo à pilhagem dos recursos naturais para a satisfação das suas necessidades básicas, as populações contribuem não só para o agravamento da degradação do meio, mas também para a deformação dos objectivos do desenvolvimento (doc. PAN, 1998).

O desenvolvimento da produção (em quantidade e qualidade) mereceu particular atenção devido à elevada taxa de crescimento populacional (urbana principalmente). Mas, a política de desenvolvimento da produção não conseguiu dar a devida atenção à demanda crescente e carências aliadas às perdas pós-colheitas; às ofertas inadequadas de factores de produção; ao nível de marketing, (Balanço do II PND).

A posse de terra também constituiu um grave problema muitas vezes actuando como um entrave ao desenvolvimento e ao uso de tecnologias adequadas. Alguns projectos devotaram atenção especial a esse problema de posse de terra e enfrentaram-no com precaução e gradativamente (Balanço do II PND).

**Quadro n.º 1 : Resumo do balanço Produção: Importação
Milho: Feijões no período 1982**

	1982	1983	1984	1995	1986	1987
Importação	72.678	91.339	99.525	77.316	114.016	74.603
Milho	28.630	56.458	53.535	31.924	59.013	30.998
Feijões	117	1.330	4.579	1.175	4.630	3.469
Produção	5.720	5.340	5.659	5.240	14.853	23.628
Milho	4.400	2.700	2.526	1.323	12.138	21.128
Feijões	1.320	2.640	3.133	3.917	2.715	2.500

Unid. mil ton.

Fonte: **DGP/MPC**, Relatório ao Governo sobre a execução do II PND

As estratégias elaboradas durante essa fase de LCD apresentavam algumas insuficiências tais como:

No aspecto institucional: nenhuma estrutura foi criada para elaborar as políticas relacionadas com a protecção ambiental.

Segundo o mesmo documento do balanço, as condições reinantes ditaram a necessidade de se criar um centro de investigação agrária nos fins de 1985 -o INIA (hoje INIDA).

Em 1985, cada activo rural dispunha de cerca 7 litros de terras de sequeiro, mais 0,34 de regadio aproximadamente (Relatório ao Governo sobre a Execução do II PND, 1989).

As superfícies cultivadas variaram muito pouco de uma campanha agrícola para outra. Neste contexto, as superfícies cultivadas em milho variaram de -2% de 1987 a 1988 e as superfícies de feijões de -3% (período de implementação do II PND).

A superfície cultivável sofreu um acréscimo de 165 ha no regadio e uma área de 812 ha de regadio foi beneficiada durante todo o período de 1986-1989 e vários hectares de sequeiro foram beneficiados, restaurados (1960 ha através da implantação de diques; 1764 ha com muretes; 1000 ha em banquetas; 224 ha com terraços e arborizados cerca de 27600 ha) no período 1975-1985.

Na vertente florestal de conservação de solos e água, a área protegida, as realizações físicas e biológicas de preservação do meio ecológico no período 1986-1989, ultrapassaram as projecções e previsões. A nota mais saliente nos últimos anos é a introdução da cultura de congo (*cajanis cajan*) e de algumas fruteiras nas campanhas de

plantação (uma área de 5700 ha foi coberta em regime de exploração extensiva) e o aumento das áreas de exploração silvo-pastoril.

Os trabalhos realizados permitiram a adaptação ao regadio de 3 ha de terreno de encosta; um aumento de 720 m³ da capacidade de stocagem de água com a entrada em funcionamento de 10 reservatórios; a sementeira em zonas ecológica sob regime de exploração extensiva agro-florestal de 475 litros de feijão congo; fixar em 180.400 ha de terreno devidamente preparados em banquetas e caldeiras, 7,9 milhões de plantas (doc. Balanço II PND).

Quadro n.º 2 : Quantidade de trabalhos de CSA com vista ao aumento de recursos naturais executados durante 1986-1989

Ano 1986/89	Diques		Depósito		Feijão congo	Fixar Dunas	Adaptação Regadio	
	N.º	Área Restaur. (ha)	N.º	Vol. (m ³)	Área Benef. (ha)	Vol. (m ³)	Área Adquir. (ha)	Área Benef.
Total	9856	162	10	720	5.676	4.750	2,99 *	812
Média	2465	41	3	240	1.892	1.583	1,00	203

Fonte: **DGP/MPC** (Cit Relatório ao Governo sobre a Execução do II PND)

Quadro n.º 3 : Actividades levadas a cabo no domínio florestal

Actividades (1986-1989)	Construções de		Plantas fixadas (N.º)	Correspondente (ha)
	Calderas (N.º)	Banqueta (Km)		
Total geral	4.829.255	12.607,6	10.913.183	25.719,2

Fonte: **DGP/MPC** (Cit. Relatório ao Governo sobre a Execução do II PND)

Quadro n.º 4 : Evolução do Efectivo Pecuário Nacional (1982 a 1988)

Espécie Ano	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Avícola
1982	12930	73690	1200	66600	325045
1984	8000	65000	1500	50000	395891
1986	11500	78000	2300	67000	483136
1987	13000	80000	4440	80000	504904
1988	20500	132160	4600	85000	489610

Fonte: **Estatísticas Agrícolas de 84 e 88 e Relatórios da DGP** (Cit. Relatório ao Governo sobre a Execução do II PND)

A exploração dos recursos gerados no período do II PND ficaram aquém das potencialidades. Produziram-se 3700 ton. métricas de lenha; 367 ton. De carvão; 1140 ton.

de alimento forrageiro; 8 ton. de vagens. Em termos de lenha, sabe-se que os recursos não satisfizeram a demanda nacional (Relatório ao Governo sobre Execução do II PND).

Os projectos do sector enquadrados no plano, permitiram criar uma média de 13.900 postos de trabalho temporários e contribuíram para uma melhor distribuição dos rendimentos, no caso da FAIMO - Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra.

O incremento populacional, principalmente a parcelização dos terrenos dificultaram o acesso à terra, e dificultaram a viabilização da agricultura.

Facto assente e a realçar aqui é que a auto-suficiência em termos de milho não pôde ser alcançada apesar não ter constituído objectivo dos planos de desenvolvimento.

No aspecto da participação da população: a população rural contribuiu efectivamente para a realização dos trabalhos de CSA e de reflorestação, mas esta participação foi, antes de tudo, para fornecer mão-de-obra. O não envolvimento da população na concepção das acções e na gestão do espaço desmotivou o sentimento de posse, o melhoramento e a manutenção das infra-estruturas implementadas.

Para além das actividades realizadas acima apontadas, vários documentos e Leis foram aprovadas e várias empresas e instituições também foram criadas, no âmbito das perspectivas preconizadas no plano.

Durante o **III Plano Nacional de Desenvolvimento (1992-1995)**, elaborado em 1991, os dois principais objectivos foram: aumentar a produção e a produtividade e melhorar as condições de vida das populações. O papel do Estado consistia no apoio ao desenvolvimento rural integrado, com vista ao bem estar da população rural, e a uma maior participação da mesma no processo do desenvolvimento nacional. Os objectivos do III PND tomam em conta a evolução da potencialidade do meio rural, onde verificou-se o aparecimento de oportunidades de empregos em sectores não tradicionais (serviços, artesanato, comércio, agro-indústria). Esses objectivos concretizaram-se:

No domínio do ambiente: pela consideração dos Planos Regionais de Desenvolvimento.

No domínio da gestão e da ocupação de espaço: pela adopção de uma política eficaz de ordenamento do território, necessária para a promoção do desenvolvimento nacional, regional e local.

No domínio da valorização dos recursos naturais: pela actualização permanente da verdadeira situação do País, pela cooperação internacional na busca de soluções e pela criação de uma instituição nacional responsável pela implementação da política ambiental.

Paralelamente à essas orientações, a política do País em matéria de planificação assenta-se sobre a descentralização e na evolução de uma economia estatal para uma economia que promove o desenvolvimento do sector privado e que dá uma grande importância às iniciativas da sociedade civil. Convém ainda salientar que o III PND pretendeu reconverter as FAIMOs, canalizando recursos humanos e financeiros para os sectores produtivos com maior impacto sobre a economia nacional (doc. do PAN, 1998).

*** Agricultura**

Sequeiro

De acordo com as acções previstas no âmbito do Plano, como resultados atingidos destaca-se a produção e distribuição de 1821553 estacas de batata-doce, 150 ton de batata semente, 329674 plantas hortícolas, a produção de 5150 estacas de mandioca, aquisição e distribuição de sementes de milho e feijões e de 22 ton de batata semente.

Enquadrado nos objectivos específicos que consiste na substituição gradual das culturas de subsistência do milho e feijões por culturas mais rentáveis, foram produzidas e distribuídas, estacas de batata-doce, batata semente, mandioca e mudas de plantas hortícolas, aos agricultores das zonas altas. O resultado foi altamente positivo, observado através da diminuição dos preços das hortícolas nos meses de Novembro e Dezembro período em que, geralmente, os preços têm sido muito altos devido à sua maior demanda .

Com o fim de regularizar a distribuição de sementes em todo o país, estas, são recolhidas anualmente e distribuídas (vendidas) aos agricultores segundo as necessidades previamente estimadas. Durante o período de 1993 a 1995 adquiriu-se 32054 kg de milho, 7474 kg de feijões, 2618 kg de congo e 700 litros de amendoim descascado (Balanço do III PND).

Quadro n.º 5 : Produção agrícola de sequeiro

ANO ESPÉCIES	META III PND	Unid. Ton			
		1992	1993	1994	1995
Feijões	9500	3182	1796	137	1808
Milho	10000	10265	11888	3162	8166
Congo	-	115	127	0	558

Fonte: **Gabinete de Estudos e planeamento/MA**, (Cit. Balanço do III PND para o Sector da Agricultura 1992-1995)

Regadio

Previu-se, durante o período do Plano, no quadro dos objectivos específicos e estratégias traçadas para este sub-sector, a produção de 1600 ton de repolho, 1800 ton de cebola, 5550 ton de outros legumes, 5000 ton de batata comum, 5400 ton de batata-doce, 3600 ton de mandioca, 1,4 de sementes de hortícolas, e 150 ton de batata sementes.

Segundo o Balanço de III PND, os resultados de produção alcançados foram de, 2376 ton de repolho, 980 ton de cebola, 6463 ton de outros legumes, 3400 ton de batata comum, 3910 ton de batata doce, 2280 ton de mandioca, 0,183 ton de semente de hortícolas, e 36,2 ton de batata semente.

Dentro das medidas realizadas que não estavam previstas, consta: a instalação de uma estufa para aclimatização e produção de material de base de batata-doce e mandioca; introdução de material vegetal melhorado e sua adaptação às condições do País etc.

A nível da produção de hortícolas salienta-se: o aumento da produção de hortícolas de uma forma gradual e consistente; a introdução, vulgarização e difusão de sistemas de micro-irrigação em todos os Concelhos do País.

Os dados de produção registados, no quadro a seguir, apontam para um aumento significativo da produção de hortícolas no regadio, de 1992 a 1995, à excepção de cebola. O aumento foi alcançado pela: substituição, por hortícolas, das áreas anteriormente cultivadas com banana, cana sacarina, mandioca, para além de criação e introdução de espécies e variedades mais produtivas.

Em comparação com as metas do Plano, se para os legumes as metas previstas foram atingidas o mesmo não se verifica com as raízes e tubérculos cuja produção alcançada em 95 foi de 68,3% do previsto.

Quadro n.º 6 : Evolução da produção agrícola nacional

Unid. Ton

Produtos	1992	1993	1994	1995
Milho	10265	11888	3163	8166
Feijões	3297	1923	137	2366
B. Comum	2750	3060	1800	2160
B. Doce	3360	13312	7800	3164
Mandioca	1500	1900	1500	3200
Banana	6600	6600	5200	nd
Cana Sacarina	18000	18860	-	nd
Mancara	-	300	50	nd
Legumes	8100	5034	8060	8200

Fonte: **Gabinete de Estudo e Planeamento do MA e CNASA**

(Cit. Balanço do III PND para o Sector da Agricultura 1992-1995)

nd - não há dados

Quadro n.º 7 : Evolução da produção hortícola (regadio)

Unid: Ton

Produtos	Meta III PND	1992	1993	1994	1995
Repolho	1600	1625	2050	2200	2376
Cebola	1800	960	1080	792	980
Outros Legumes	5550	3945	4858	5068	6463
Batata Comum	5000	1785	2376	3200	3400
Batata Doce	5400	3080	3080	3150	3910
Mandioca	3600	2880	3200	1368	2280

Fonte: **INFA e Relatórios DGASP** (Cit. Balanço do III PND para o Sector da Agricultura 1992-1995)

No que se refere à produção de sementes, os resultados atingidos também ficaram muito aquém do previsto, tendo mesmo diminuído anualmente.

Quadro n.º 8 : Produção de sementes

Unid: Ton

Culturas	Meta III PND	1992	1993	1994	1995
Sementes Hort.	1,4	411,9	313	255,7	182,8
Batata semente	150	50	40	38	36

Fonte: INFA e Relatórios DGASP 94/95

Quadro n.º 9 : Importação de sementes

Designação	Importação (Kg)			
	1992	1993	1994	1995
Sementes hortícolas	126,6	119	159	224
Batata semente	355	225000	310000	503000

Fonte: INFA e Relatório DGASP

* Fruticultura

Neste sub-sector, as actividades viveirísticas foram consolidadas, com a introdução de técnicas modernas de produção de plantas. O número de plantas produzidas nos viveiros aumentou consideravelmente, sendo em 1992 produzidas 59210 plantas

Foi experimentado um novo método de intervenção nas diferentes zonas agro-climáticas de aptidão frutícola de sequeiro, húmidas e sub-húmidas, raramente semi-áridas, através da celebração de contratos entre a DGASP e o INFA para execução de projectos incluindo trabalhos mecânicos de CSA e a subsequente plantação de fruteiras.

Aumentou substancialmente o número de fruteiras fixadas e distribuídas aos agricultores.

No âmbito da introdução de técnicas modernas de cultivo das fruteiras, foi iniciado nessa altura, junto dos agricultores, a técnica da sobre-enxertia da mangueira com sinais muito positivos de uma possível via de relance desta fruteira que é uma das importantes no país.

Quadro n.º 10 : Plantas produzidas por ilha e por ano

ILHAS					TOTAL
	1992	1993	1994	1995	
Sto Antão	11251	16241	20000	15141	62633
S. Vicente			438	557	995
S. Nicolau	3636	6186	1690	2643	14155
Maio	331			5572	5903
Santiago	6969	30878	24001	44168	124703
Fogo	28073	26780	34590	29929	150857
Brava	8950	7876	6777	5941	29544
Boavista	nd	nd	nd	nd	
Total	59210	87911*	87496	103951	388740

Fonte: **Balanço do III PND para o Sector da Agricultura 1992-1995**

* - Incluem 9000 morangueiros e 2620 ananazeiros

nd - não há dados

*** Protecção Vegetal**

No quadro do objectivo definido para este sub-sector para o período do plano, foram realizadas várias acções com apoio dos projectos "Luta Integrada", e "Aumento da produção Alimentar".

De acordo com o documento de Balanço de III PND, o n.º de inspecções fitossanitárias passou de 1365 em 1992 (Praia e S. Vicente) para 3759 em 1995. Esses dados mostram o aumento significativo do volume de trabalho, sem contudo se ter reforçado o quadro de inspectores.

Observou-se um aumento substancial na importação de pesticidas para a agricultura de regadio, passando de 1157 kg em 1993 para 4370 kg em 1995, de produto formulado. Essa importação pode ser considerada como vendida.

*** Pecuária**

Na prossecução dos objectivos, foram traçadas estratégias e previstas medidas cuja materialização é sintetizada nos quadros V e VI em anexo. Mas no entanto, pode-se concluir que as taxas de realizações da produção pecuária, situam-se muito próximas das previstas, tendo mesmo ultrapassado no concernente à produção de ovos e leite.

Quadro nº 11 : Efectivo pecuário (1995)

Espécie animal	Efectivo		%
	Projeção	Recen. Pecuário 1995	
Bovina	24000	21224	88.4
Caprina	172215	109236	63.4
Ovina	24258	8702	35.9
Suína	118800	68085	57.3

Quadro nº 12 : Balanço da produção forrageira (1992-1995)

Unid: TMS

Ano	Produção	Necessidade	Excedente	Deficit
1992/1993	40021	90977	0	50000
1993/1994	79948	79515	433	0
1994/1995	25175	82863	0	57688
1995/1996	69809	45175	0	24634

*** Transformação Agro-alimentar**

Durante o período em referência foram realizadas actividades com o suporte de alguns projectos, como:

Implementação do centro de transformação de Sta cruz - com apoio do projecto TCP/CV/0053 - Transformação e Conservação Tradicional de Frutas e Legumes (1992/93), cuja actividade produtiva se assentou no fabrico de doces, molhos condimentados; formação de 5 mulheres em técnicas artesanais de transformação e conservação de frutas e legumes etc.

*** Silvicultura**

Em simultâneo com as acções programadas no quadro do Plano, cujo grau de realização se encontra sintetizado nos quadros seguintes, desenvolveu-se outras actividades de que se ressaltam: construção de pequenos diques; produção de madeira de serviço; recolha de sementes; trabalhos de manutenção, pesquisas; cartografia, etc.

Quadro nº 13 : Área florestada e o número de plantas fixadas

Ano	Área florestada (Ha)			N.º de plantas fixadas		
	Previsto	Realizado	%	Plano	Realizado	%
1992	5215	4447	85.3	1880241	1764046	93.8
1993	4620	2335	50.5	1509170	905950	60.0
1994	4839	3346	69.1	1579374	901996	57.1
1995	5101	3781	74.1	1690010	1746291	103.3
Total	19775	13909	70.3	6658795	5318283	80.0

Fonte: Balanço do III PND para o Sector da Agricultura

Quadro nº 14 : Produção Florestal

Ano	Lenha (ton)		Madeira de serviço e obra (m ³)	
	Previsto	Realizado	Plano	Realizado
1992	13078	1480	599	-
1993	14769	981	538	-
1994	17609	3427	434	-
1995	18628	1021	643	-
Total	64078	6909	2214	-

Fonte: Balanço do III PND para o Sector Agrário

(-) dados não disponíveis

Quadro nº 15 : Dispositivos mecânicos

Dispositivos Mecânicos Antierosivos	Caldeiras (N.º)		Banquetas Km)		Arretos Km)	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1992	1074220	837368	3031	1604	200	177
1993	957400	448812	2848	-	172	205
1994	1018120	331154	2946	118	181	-
1995	1658560	498912	3043	1632	190	102
Total	4708300	2116246	11867	3354	743	484

Fonte: Balanço do III PND para o Sector Agrário

Como se pode depreender na análise deste PND, as actividades realizadas no âmbito do mesmo, contribuíram substancialmente na realização dos objectivos da segurança alimentar da população tanto indirecta como indirectamente, mesmo na contribuição como fonte de rendimento das famílias desfavorecidas.

O IV PND (1997-2000)

O objectivo principal do IV PND é o de assegurar a auto-suficiência económica e o desenvolvimento social de Cabo Verde. O conjunto de estratégias adaptado para atingir este objectivo obedece ao lema “a inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial”. Este conceito baseia-se na ideia de que o País pode atingir um ritmo de desenvolvimento rápido se conseguir inserir-se na economia mundial, criando uma mais valia.

Os objectivos específicos derivados dos objectivos maiores são consagrados nos diferentes programas e sub-programas, nomeadamente:

No domínio da descentralização - os programas visam reforçar a capacidade institucional dos municípios através do desenvolvimento dos recursos humanos das entidades municipais e inter-municipais. A descentralização visa também desenvolver a colaboração entre o Estado, os municípios e as ONGs numa base contratual e promover a cooperação descentralizada, e também desenvolver o associativismo a nível local.

No domínio da gestão dos recursos naturais - a estratégia assenta-se nas bacias hidrográficas como unidades de gestão dos recursos hídricos, com eixo na recarga dos lençóis freáticos. Esta estratégia implica o desenvolvimento das capacidades institucionais nos domínios da recolha de dados e de tomada de decisões tanto a nível central como local. No que concerne a conservação de solo e água, a estratégia baseia-se na reconversão de algumas formas de utilização dos solos, nomeadamente a substituição gradual do cultivo de milho pela prática da horticultura, fruticultura ou do silvo-pastoralismo.

No domínio da promoção do sector privado - os programas visam aumentar a produção agrícola, melhorar a qualidade dos produtos alimentares. Estes objectivos vão ser realizados através da utilização de novas tecnologia e do melhoramento no abastecimento de meios e factores de produção com a criação de redes privadas de importação e distribuição (doc. do PAN, 1998).

Uma análise exaustiva deste PND não foi possível, devido à falta de dados estatísticos quantitativos concretos.

4.2. IMPACTO DAS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NA REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

O desenvolvimento de qualquer sociedade é pelo seu carácter integrado, bastante complexo, dado que pressupõe o aumento dos níveis de rendimento nacional e sua melhor distribuição, um melhor nível de nutrição humana e da satisfação das necessidades fundamentais da sua população.

O Homem, ao longo da sua história, tem sabido de certa forma gerir os recursos, no sentido de aumentar o nível de produção de bens e serviços.

De acordo com a estatística da FAO, acima de 800 milhões de seres humanos vivem em condições de extrema pobreza, e um quarto da população dos Países em vias de Desenvolvimento sofre de subalimentação e de mal nutrição.

Infllectir esta tendência leva-nos a uma análise sistemática do problema, na qual estão subjacentes o lugar e importância do "sistema agro-alimentar", entendido como um conjunto de elementos que interagem na formação, transformação e comercialização dos produtos alimentares, com o objectivo de assegurar a alimentação de uma dada população.

Esta abordagem ajuda a compreender a problemática da "estratégia alimentar" na qual, lado a lado com a produção agrícola, muitos outros factores interactivam. Por outro lado, poderemos verificar que a produção agrícola, embora importante, sem dúvida, não deve ser encarada de forma isolada. Paralelamente a esta, temos um conjunto de factores interagindo de forma diversa, tais como a stockagem e a transformação dos produtos de origem animal e vegetal, o seu condicionamento e transporte, a comercialização, o seu consumo e, o conjunto de instituições, serviços e leis que constituem o pano de fundo de todo este processo, que se designa como sistema agro-alimentar. Daí que há necessidade imperiosa do conhecimento do Impacto de Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Agrário na Segurança Alimentar.

Trata-se com efeito, de um processo evolutivo cujos objectivos se apoiam em duas vertentes fundamentais: a segurança alimentar e a auto-suficiência alimentar.

A questão de segurança alimentar tem sido sempre crucial para a sobrevivência da população Caboverdiana deixando marcas profundas na sua história.

Face à fraqueza do aparelho produtivo (produção agrícola aleatória e insuficiente) o país tem que recorrer às importações para a satisfação das necessidades alimentares dos cerca de 434.812 habitantes.

A segurança alimentar é um importante ponto de partida do processo de desenvolvimento económico de qualquer país. A nível individual o primeiro imperativo é assegurar uma quantidade suficiente de alimentos para si próprio e a família. É muito difícil pensar ou ir para além deste ponto enquanto a aquisição de bens alimentares continuar a ser motivo de preocupação. Para a sociedade em geral, o processo que garante a segurança alimentar integra todas as actividades básicas de desenvolvimento (doc. de base Sem. Nac. sobre a Segurança Alimentar, 1999).

Assim, a nível da oferta de alimentos, sejam eles produzidos localmente ou importados, estes devem ser acessíveis. Isto envolve o desenvolvimento de sistemas eficazes de produção alimentar e o desenvolvimento e protecção do meio ambiente onde são produzidos esses alimentos. A nível da distribuição de alimentos, deve-se pensar em desenvolver sistemas adequados de comercialização (infra-estruturas de transportes, armazenagem e venda de alimentos). Tudo isso, contribuirá para a mitigação da pobreza, da fome e subnutrição das famílias carenciadas.

Estando disponíveis os alimentos, os consumidores devem ter acesso a estes em quantidade e qualidade suficientes de forma a garantir uma vida sadia. Isto implica a disponibilidade dos bens alimentares a preços concorrenciais e o aumento da capacidade financeira das pessoas para adquirir alimentos. Esta última questão envolve o aumento da capacidade de produção das pessoas, através da educação e formação que lhes possibilita o aumento da capacidade económica.

Em Cabo Verde a segurança alimentar reveste-se de crucial importância e é considerada um dos maiores desafios do seu desenvolvimento.

Como é do conhecimento geral, a história deste país frequentemente confrontada com episódios trágicos que se traduziram na morte provocada pela fome. As fome mais graves ocorreram entre os períodos 1860 e 1870, 1900 e 1910, 1920 e 1927, 1940 e 1950. Neste último período registaram-se cerca de 33.000 óbitos (doc. de base Sem. Nac. sobre a Seg. Alimentar, 1999).

O recurso à ajuda alimentar internacional e a importação de produtos alimentares tem sido a via encontrada para colmatar as necessidades alimentares da população, e neste último aspecto, com grandes dificuldades.

Segundo o PND 1997-2000, o problema principal de segurança alimentar que se põe a Cabo Verde é o do acesso económico dos indivíduos e das famílias aos bens alimentares disponíveis (os bens alimentares representam 52% das despesas familiares, particularmente os indivíduos da camada mais vulnerável). Problemas vários que enfrentam de onde se destacam uma superfície agrícola disponível limitada aliada à dimensão reduzida das explorações, o baixo poder de compra e o desemprego da ordem dos 26% , impedem-lhes, por um lado, de comprar os alimentos disponíveis e por outro de ter uma dieta suficiente e sadia.

A maioria da população rural não pode assegurar a sua subsistência a partir dos rendimentos agrícolas, dado a pobreza das áreas cultiváveis e dos rendimentos: 78% dos rurais não dispõem de mais de 2 hectares de terra. Hoje, apenas uma pequena porção da população rural consegue produzir alimento suficiente para satisfazer as suas necessidades de sobrevivência e os agricultores de sequeiro constituem um grupo socio-económico marcadamente pobre da sociedade Caboverdiana. Por consequência, esta população depende de rendimentos que na sua maioria são obtidos através das FAIMO, (PND 1997-2000).

Devido aos poderosos condicionalismos que impedem sobre o sector agrário, Cabo Verde é portanto confrontado com um défice alimentar vincadamente estrutural, de cereais e as áreas cultiváveis têm vindo a diminuir, com a persistência da seca e avanço da desertificação. Parte da ajuda alimentar recebida é distribuída gratuitamente para garantir um complemento alimentar à camada mais vulnerável da população. Através da parte que é comercializada, o Governo executa vários projectos de desenvolvimento como construção de estradas, CSA, projectos de produção alimentar, reflorestação e abastecimento de água. Daí que a forma de desempenho na implementação de Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Agrário tem grandes implicações no concernente ao seu impacto na realização dos objectivos de segurança alimentar, na redução da pobreza e no crescimento económico (doc. do Sem. Nac. sobre a Segurança Alimentar, 1999).

4.2.1. Disponibilidade de alimentos

A oferta nacional de alimentos em Cabo Verde deverá ser vista à partir da produção nacional, ajudas e das importações. A produção nacional é caracterizada por um importante défice estrutural. As potencialidades do sector agrícola são fracas devido, como foi referido anteriormente, às condições climáticas adversas, relevo muito acidentado, superfícies bastantes reduzidas, práticas agrícolas rudimentares, etc. o milho e feijões são as principais culturas. Também nas áreas de sequeiro cultivam-se raízes e tubérculos, amendoim e abóbora.

De certo modo, apesar da existência de vários constrangimentos surgidos na implementação dos Planos e Programas Nacionais, e outros de indolo ou de carácter natural, solo, água, carência de precipitação, houve um aumento considerável da produção nacional. Apesar da área do milho (cultura de sequeiro) estar a diminuir, em contra partida há um grande aumento da área de regadio (hortícolas raízes e tubérculos), mercê de grandes esforços efectuados pelas instituições e entidades que directa ou indirectamente estão envolvidas na implementação dos Planos e Programas Nacionais de Desenvolvimento.

Paralelamente a isso, os trabalhos de Engenharia Rural permitiram com que as áreas que não eram possíveis à prática de agricultura fossem aproveitadas para o efeito.

Os quadros em anexo sobre este subcapítulo pretendem demonstrar um conjunto de dados estatísticos, do qual ilações podem ser tiradas no respeitante aos principais factores que denotam a fraca contribuição do aparelho produtivo agrário na segurança alimentar. Neste caso, optou-se pela apresentação de dados referentes às superfícies cultivadas, as pluviometrias, produção agrícola, efectivo e produção pecuária, para além da evolução da população ligada à produção agro-pecuária. Em suma, a contribuição da produção agro-pecuária nacional na disponibilidade de alimentos, do período compreendido entre 1991 à 2000 (análise evolutiva), ver anexos - quadros nº I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XIII, e XIV.

Analisando estes quadros verifica-se que neste período de 10 anos, as culturas de milho e feijões apesar de se verificar um aumento gradual de áreas de cultivo e produções, não conseguiram cobrir as necessidades previstas em termos de produção nacional, de modo a que reduzisse consideravelmente as importações destes produtos. Relativamente à outras culturas como: hortícolas, mandioca, batata-doce, batata comum, verificou-se

igualmente um aumento significativo de áreas e produções mercê da substituição da áreas do milho por estas culturas e, a utilização de áreas que não eram possíveis de serem agricultadas, face a construção de infra-estruturas de CSA. Neste sentido, as políticas agrárias tiveram um impacto positivo na sua implementação, pelo que reduziu consideravelmente as importações desses produtos. Por outro lado, é de realçar que as disponibilidades de alimento estão em função da produção nacional, ajudas e importações, devido as razões já atrás abordadas.

4.2.2. Estabilidade de alimentos no mercado

O sistema alimentar deve ser estável, evitando as flutuações da oferta e da procura de alimentos, portanto, assegurando a satisfação das necessidades alimentares da população. A estabilidade do sistema é elemento essencial de uma política de segurança alimentar, que defende o aumento da produtividade e da formação de stocks estratégicos.

Em Cabo Verde, esta componente confronta-se com as flutuações da produção agrícola e com a forte dependência do exterior (atrasos na recepção das ajudas, falta de divisas para a aquisição de mercadorias, problemas ligados com os transportes). Um outro factor não menos importante com efeitos sobre a estabilidade é a capacidade do país em constituir stocks estratégicos de segurança (mínimo 3 meses), (doc. do Sem. sobre Segurança alimentar, 1999)

Contudo, constata-se que as flutuações dos stocks estão relacionadas com os atrasos na recepção dos produtos alimentares provenientes do exterior, o que provoca impactos negativos na estabilidade alimentar.

Não podemos falar de estabilidade da segurança alimentar sem tocar na questão da sustentabilidade. Deprendendo-se, que a sustentabilidade é um elemento essencial da segurança alimentar de qualquer país, o sistema agro-alimentar deve ser sustentável de modo a preservar os recursos naturais e a disponibilidade de alimentos tanto para a geração actual como para as vindouras.

A disponibilidade está garantida quando a satisfação das necessidades vitais, como por exemplo a alimentação, a curto prazo, não se consegue com o sacrificio dos recursos naturais, tendo assim mais probabilidades de garantir a disponibilidade de alimentos a longo prazo e preservar o meio ambiente (doc. do Sem. sobre Segurança Alimentar, 1999)

A garantia da segurança alimentar e a conservação do meio ambiente terão que ser conseguidas através da implementação de medidas que proporcionem o emprego para a satisfação das necessidades básicas, entre as quais, as de alimentação.

Os quadros n.º X, XI, XII, em anexo, mostram a evolução de preços médios no consumidor, referentes aos três pontos de consumo, Praia, Mindelo e zonas rurais, no período de 1991 a 2000.

4.2.3. Acesso aos bens alimentares

Neste subcapítulo, segundo o Relatório de segurança Alimentar, 1999, torna-se necessário tocar na questão do acesso aos alimentos do país e das famílias.

Em Cabo Verde, a oferta de produtos alimentares suficientes para cobrir as suas necessidades sai da esfera da produção primária, para se situar ao nível da balança de pagamentos, transformando a questão de segurança alimentar num problema de inserção no mercado mundial. A este nível, o acesso aos alimentos, está condicionado principalmente pela fraca capacidade de gerar recursos em divisas que permitam a importação comercial de alimentos.

A nível das famílias, o acesso material aos alimentos é garantido através dos sistemas de distribuição e as infra-estruturas de transportes existentes, através das empresas distribuidoras (EMPA, MOAVE e privados).

É importante ressaltar o papel que as FAIMO (Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra) desempenham na segurança alimentar das famílias no meio rural (famílias que não tem acesso à terra e outros meios de produção e que não recebem apoio do exterior). Estas representam a primeira estratégia utilizadas pelas famílias na garantia das suas necessidades alimentares básicas, antes da alteração da composição da dieta alimentar, da venda de animais ou artigos pessoais ou mesmo da mobilidade geográfica, contribuindo, assim, para a diminuição da contenção da dimensão do fenómeno do êxodo rural.

Tendo em conta que as produções de hortícolas nos últimos anos tendem a aumentar consideravelmente, estas permitem com que os rendimentos das famílias que praticam agricultura também aumentem, visto que conseguem ver os seus excedentes e em

contrapartida comprar outros produtos necessários para as famílias. Daí o impacto do aumento da produção, no rendimento das famílias (agricultores).

4.2.4. Utilização biológica dos alimentos (nutrição)

Os hábitos alimentares, não obstante resultarem das preferências quanto ao tipo de alimentos a consumir e às formas da sua preparação aparecem, no entanto, altamente condicionados pelo fraco rendimento das famílias e pela disponibilidade de alimentos no país. Os cereais constituem o alimento de base da população, ocupando o milho lugar cimeiro na dieta alimentar. Contudo, tem-se verificado no meio rural e sobretudo nos centros urbanos uma tendência para a sua substituição por outros cereais, tais como o arroz e o trigo, este último sob a forma de pão e massa.

Da análise do regime alimentar no país verifica-se que este é hipocalórico, apresentando deficiências em alguns micro-nutrientes e cobrindo as necessidades em proteínas e algumas vitaminas (ver anexos XV, XVI e XVII).

Quanto à prevalência da malnutrição, conclui-se que a global não tem mudado muito nos últimos anos. Efectivamente, a malnutrição constitui ainda um grave problema de saúde pública, sobretudo a crónica que reflecte o estado carencial de uma boa parte da população.

Atendendo e considerando principalmente o actual desafio do Ministério da Agricultura e Pesca, de diversificação de culturas e de produção utilizando diversas formas de tecnologias melhoradas de produção (uso de variedades melhoradas, intensificação do sistema de rega gota a gota, substituição de áreas de milho nas zonas húmidas por hortícolas, intensificação de culturas de raízes e tubérculos e fruteiras), a situação nutricional e a dieta das famílias poderá melhorar substancialmente a nível da população.

4.3. OPINIÕES DOS AGRICULTORES CONTACTADOS

Para permitir uma boa implementação e receptividade dos programas das Políticas Agrárias, junto dos agricultores, os mesmos adiantam as seguintes sugestões:

➤- Que as Políticas Agrárias devem criar mecanismos no sentido de valorizar a produção nacional, principalmente da cultura de batata-comum e produtos de origem

avícola em certas épocas do ano, em detrimento das importações desses produtos (que têm sido vendidos à preços inferiores aos produzidos localmente), o que de certa maneira põem em risco a cobertura de custos de produção dos produtos nacionais.

➤- Deverão ser revistas as políticas de crédito rural, no sentido de o crédito ser dirigido efectivamente aos mais necessitados (para a aquisição de meios e factores de produção) e a uma taxa de juro que incentive os agricultores, contrariamente à Caixa de Crédito Rural (CCR) criada e sediada na Assomada, que na opinião de alguns agricultores, nada beneficiou positivamente aos mesmos nas suas actividades.

➤- Que um dos desafios seria formação/treinamento e informação de agricultores nas técnicas agrícolas; intercâmbio entre os mesmos para troca de experiências; criar mais incentivos aos agricultores jovens (promovendo cursos fora do país para troca de experiências entre jovens agricultores de outros países) e, um maior envolvimento e agressividade dos animadores rurais, na transmissão e assistência técnica aos agricultores.

➤- Reconhecem que houve grande avanço nas decisões sobre as políticas agrárias, apesar da falta de envolvimento directo dos agricultores na algumas reuniões técnicas de decisão e nos cursos de formação.

➤- Também, apontam a falta de responsabilidade de alguns sectores/instituições da agricultura, sobre os agricultores (sobretudo no que diz respeito aos prejuizos que acarretam, isto é, em assumir riscos, em caso de uma má colheita da produção).

➤- Reconhecem por outro lado que, tendo em conta que os recursos naturais em Cabo Verde são escassos, há necessidade de maior envolvimento de agricultores na sua conservação e uso sustentável dos mesmos, entanto como potenciais utilizadores.

5. CONCLUSÕES/ RECOMENDAÇÕES

A implementação de políticas agrárias contribuiu grandemente na realização dos objectivos de segurança alimentar, tendo em conta que houve um aumento considerável da área e produção de hortícolas, raízes e tubérculos de regadio assim como de sequeiro, mercê dos trabalhos das FAIMO, sobretudo a CSA, e envolvimento dos agricultores.

A Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO) faz parte duma das estratégias de implementação de políticas agrárias, no qual desempenham um papel muito importante na segurança alimentar das famílias no meio rural (famílias que não têm acesso

à terra e outros meios de produção e que não recebem nenhum apoio do exterior), garantindo as suas necessidades alimentares básicas, diminuindo também a contenção da dimensão do fenómeno do êxodo rural, conseqüentemente a mitigação da pobreza.

A concessão de micro créditos por parte de alguns projectos/instituições, sobretudo direccionados para mulheres (na produção e comercialização agrícola) permitiram aumentar os seus rendimentos no sentido de satisfação das necessidades alimentares básicas das famílias, tendo em conta que a maioria das mulheres Caboverdianas são chefes de famílias.

A agricultura não desempenha e tem fracas possibilidades de desempenhar um papel fundamental na economia de Cabo Verde, cuja produção agrícola satisfaz em menos de 10% das necessidades alimentares da população. Contudo, o sistema produtivo nacional tem uma capacidade de prover a auto-suficiência em determinados produtos como raízes e tubérculos, carne, ovos, peixe, feijões e hortícolas.

Constata-se actualmente um aumento progressivo da área cultivada com hortícolas, resultante de um esforço que o governo vem fazendo com o apoio do projecto "Desenvolvimento do Sector de Hortícola II Fase".

A falta de água é o principal constrangimento ao desenvolvimento do sector, pelo que é preciso ter isso em conta em todos os esforços de desenvolvimento e na planificação do sector agrícola. Por esta razão, a economia na utilização da água é indispensável. Paralelamente a isso, dever-se-á criar mecanismos de colectar a água das chuvas que se tem perdido anualmente durante a época desta.

A limitação dos recursos naturais: a falta de água, de terra de qualidade e o efeito de erosão eólica são factores negativos que anulam as possibilidades competitivas de produção agrícola de Cabo Verde em termos dos mercados internacionais dos produtos agrícolas, todavia, à luz dos processos de mudança em curso e a utilização de tecnologia moderna e recursos existentes mais racional é possível um desenvolvimento sólido do sistema produtivo nacional.

A pecuária é uma importante fonte de rendimentos da população rural e um factor de produção de incerteza. Com efeito, o gado constitui uma reserva a que o agricultor recorre para custear determinadas despesas seja de carácter excepcional (doenças, festas, cerimónias religiosas) ou pontual.

A pesca poderá desempenhar um papel muito mais activo e importante na economia do país, se forem exploradas as suas potencialidades.

Cabo Verde possui quatro zonas agroclimáticas mais promissoras e lucrativas, entre as quais as sub-húmidas, húmidas de altitude e nas zonas irrigadas. Para tal, a política agrária adoptada pelo Governo e a evolução futura da economia deverão contribuir para a concentração do investimento nas zonas acima referidas.

A valorização do sistema de produção nacional (agrícola, pecuária, silvícola, etc.) passa pela elaboração de uma política e estratégia adequada de utilização dos recursos disponíveis e pelo envolvimento dos produtores na sua gestão e exploração, não descurando da protecção e conservação dos mesmos como única abordagem viável a continuar.

A questão de apresentação de garantia para o problema de crédito aos pequenos agricultores constituiu um entrave importante, senão decisivo. Para melhor vulgarizar as novas técnicas deverá ser uniformizado um sistema de crédito bem como aumentar a subvenção de crédito para aquisição de equipamentos, factores de produção, construções rurais (aviários, capris, estábulos, pocilgas, reservatórios, levadas, etc.) e expandir a actuação da Caixa de Crédito Rural para outros concelhos do país de forma apropriada e descentralizada.

Paralelamente, a primeira providência, que deveria ser tomada em relação às políticas de crédito rural, seria ouvir os produtores e os técnicos que com eles trabalham no campo, para serem estabelecidas normas mais apropriadas à realidade da economia rural e mais duradouras, a fim de permitir aos agricultores planear suas actividades com mais segurança e confiança no futuro.

Particular ênfase deve ser posto nos projectos que visam a segurança alimentar para limitar as importações, aumentar a produção nacional (agrícola, pecuária, pesca) e desenvolver indústrias agro-alimentares e promover a exportação.

Urge reforçar as medidas de protecção da produção nacional, nomeadamente da batata comum, da cebola, de frangos e de ovos em certas épocas do ano.

As actividades de pesquisas deverão ser intensificadas principalmente nos domínios de ensaios varietais, nas técnicas de produção e protecção integrada das culturas a nível de pequenos agricultores em função dos diferentes sistemas de irrigação praticado, no

potencial genético das espécies animais exploradas, potencial forrageiro e no melhoramento dos recursos florestais e no diagnóstico de doenças que afectam os animais..

A extensão rural deverá constituir um factor primordial de educação e formação dos produtores agrícola e da população rural em geral e a transferência dos resultados da pesquisa em direcção aos utilizadores, para a sua implicação e participação em todas as fases do processo de produção e da conservação do meio ambiente.

A estratégia, da actualização da Extensão Rural deverá ser revista de maneira a ter em conta os diferentes tipos de exploração agrícola que se encontram em Cabo Verde dando atenção aos seguintes factores na tipificação das explorações agrícolas: forma de exploração, tamanho da exploração, disponibilidade em água.

Para as actividades de vulgarização, os meios de comunicação de massa, campanhas de sensibilização deverão ser utilizados regularmente, assim como suportes audiovisuais para informações mais detalhadas sobre programação em curso, introdução de micro-irrigação, valorização e conservação de subprodutos agrícolas para alimentação animal e vulgarização de animais melhorados e aplicação generalizada de técnicas melhoradas.

Deverá ser aplicada a metodologia de seguimento das explorações horticolas (regadio e sequeiro) englobando os elementos seguintes: tipo de agricultor enquadrado, evolução dos rendimentos, área ocupada, sistema de culturas e rotações.

Por forma a atingir maior produção e diversificação biológica, que contribuirão para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, aumento da renda familiar e geração de emprego, é necessário a introdução de técnicas e formas de exploração dos recursos naturais apropriadas.

Recomenda-se a intensificação da horticultura de sequeiro, o desenvolvimento da criação semi-intensiva de ruminantes sobretudo caprinos e bovinos leiteiros (regime estabulado e/ou semi-estabulado) e a protecção dos solos através de plantação de árvores fruteiras bem como essências florestais consociadas com herbáceas forrageiras, plantadas ao longo das estruturas de protecção (caldeiras, muretes ou socalcos).

A substituição progressiva do milho nas zonas húmidas por culturas horticolas, contribuirá na transformação da agricultura tradicional de subsistência, numa actividade económica voltada ao mercado, principalmente nas zonas árida e semi-áridas - silvo-pastoralismo;

A introdução de espécies forrageiras produtivas (plantas e árvores), conduzirá ao aumento da capacidade de carga das pastagens, aumento da renda por hectare explorado e limitará a degradação do solo devido ao sobrepastoreio e à devastação das florestas.

A gestão racional dos recursos naturais, deverá ser feita com base num programa de acção integrado que envolve a participação activa das populações, a estratégia a promover deverá visar a segurança dos produtores em relação ao regime fundiário, num quadro definido de ordenamento do território nacional, em unidades de produção minimamente dimensionadas perante os condicionalismos físicos à produção, aos meios disponíveis e à capacitação do agricultor.

Ao pensar-se no desenvolvimento rural, sem dúvida que as mulheres e os jovens estão no centro do processo. Isto porque, deve-se ter presente os aspectos sócio-económicos e culturais do espaço rural em que as mulheres e os jovens têm uma presença marcante, senão fundamental. Por isso, é necessário que se intensifique e desencadeiem várias acções passíveis de dinamizar a participação das mulheres e jovens.

Tendo em conta os principais objectivos preconizados no programa do governo para o sector agrário, o programa de investimento deverá priorizar a realização de acções visando o aumento do rendimento médio da produção agrícola, a melhoria da eficiência do uso da água para a irrigação, o aumento da área irrigada, da produção de hortícola e o fomento da fruticultura, para além de priorizar a realização de acções de desenvolvimento de uma pecuária modernizada viradas essencialmente para explorações do tipo familiar.

6 - LISTA DE INDIVIDUALIDADES E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

➤ Sr. Humberto Batalha Lopes ----- Gestor e membro fundador da OASIS (Organização dos Agricultores e Avicultores da Ilha de Santiago), Concelho de Calheita - Santiago.

➤ Sr. Selso Silva ----- Extensionista da Ribeira da Cruz, Freguesia de Santo André, Concelho de Porto Novo - Santo Antão.

➤ Sr. Roberto "Bituca" ----- Agricultor de Ribeira da Cruz, Freguesia de Santo André, Concelho de Porto Novo - Santo Antão.

➤ Sr. Manuel Pinto ----- Presidente da Associação Luz Viva de Lagoa, Freguesia de São João Baptista, Concelho de Porto Novo - Santo Antão.

- Sr. Simão ----- Membro de Direcção da Associação de Ribeirão Amigos, de Ribeirão Campo de Cão, Freguesia Santo Crucifixo, Concelho de Ribeira Grande - Santo Antão.
- Sr. Vital Fatura ----- Membro da Direcção da Associação de Lombo Branco, Lombo Branco, Freguesia de Nossa Senhora de Rosária, Concelho de Ribeira Grande - Santo Antão.
- Sr. Benvindo Andrade ----- Extensionista de Vale de Garça, Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho de Ribeira Grande - Santo Antão.
- Sr. Adriano Duarte Lopes ----- Agricultor de Fajã de Mato/Garça de Cima, Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho de Ribeira Grande - Santo Antão.
- Sr.^a Rosa Fortes ----- Delegada do MAP para Ilha de Santo Antão
- Sr.^a Alcídia Lopes ----- Delegada do MAP para Ilha de São Vicente
- Sr. Victorino Silva ----- Delegado do INERF em São Vicente
- Sr. Silva ----- Delegado do MAP no Concelho do Porto Novo - Santo Antão
- Sr. Pires Ferreira ----- Membro directivo da Associação Amigos de Paúl - Concelho de Paúl - Santo Antão.
- Sr. Orlando Delgado ----- Coordenador do Gabinete Técnico Intermunicipal (GTI) do Concelho de Santo Antão.
- Sr. Orlando João dos Reis ----- Agricultor de Fajã das Pombas, Concelho de Paúl - Santo Antão.
- Sr. Amadeu Silva ----- ACDI - VOCA - Ilha de Santiago
- Sr.^a Paula Spencer ----- Direcção dos Serviços de Segurança alimentar (DSSA) - MAP.
- Sr.^a Lúcia dos Passos ----- Departamento de Micro Crédito da MORABI (Associação para a Auto Promoção das Mulheres no Desenvolvimento).
- Sr. Mendonça ----- Direcção Geral de Animação Rural.
- Sr. Pina ----- Agricultor da Freguesia de São Lourenço dos Orgãos, Concelho de Santa Cruz - Santiago.
- Sr. Alexandre Gomes Fernandes ----- Agricultor da Freguesia Santa Catarina (Boa Entrada), Concelho de Santa Catarina - Santiago.
- Sr. Estanislau ----- Presidente da Associação de Agricultores de Justino Lopes, Concelho de Santa Cruz - Santiago.

☛ Sr. Silvestre Silva Macário ----- Presidente da Cooperativa Agrícola 13 de Novembro,
Santa Cruz - Santiago.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Comissão Nacional para a Segurança Alimentar, *Boletim Trimestral de informação Sobre Situação Alimentar e Nutricional n.º 23*, I e II Trimestre 2000 (22pp).
- 2 - Cristina Coutinho; Filomena Fialho; Emaculada Évora, 1997; *Estudo sobre os Sistemas de Produção*, República de Cabo Verde (78pp).
- 3 - Direcção Geral de Planeamento, 1989; *Elementos para Apreciação da Evolução Sócio-Económico em Cabo Verde (1980-1987)*, (60pp)
- 4 - Direcção Geral de Planeamento, 1989; *Relatório ao Governo sobre a execução do II PND*, (240pp).
- 5 - Direcção de Serviços de Segurança Alimentar, 1999; *Anuário Estatístico de Segurança Alimentar 1986 a 1998*, (134pp).
- 6 - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Divisão África I, 1996; *Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Rural Descentralizado (PRONADER), Documento inicial*, Cabo Verde, (sem pp).
- 7 - Gabinete de Estudos e Planeamento, 1999; *Inquérito Anual sobre Agricultura, Resultados da Campanha Agrícola 1998/99* (75pp)
- 8 - Gabinete de Estudo e Planeamento, 1996; *Balanço do III PND para o Sector da Agricultura 1992- 1995, Praia* (67pp).
- 9 - Gabinete de Estudo e Planeamento, 1990; *Recenseamento Agrícola 1988, Volume I: Dados globais* (164pp)
- 10 - Gabinete do Primeiro Ministro, 1986; *Programa de Governo 1986-1990, Praia* (106pp).
- 11 - Instituto Nacional de Estatística, 2000; *Recenseamento Geral da População e Habitação-Ano 2000, Resultados Preliminares*, Cabo Verde.
- 12 - Ministério da Coordenação Económica, 1995; *III Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento*, Genebra 10-11 Janeiro 1995, Reunião de Seguimento, Praia (209pp).
- 13 - Ministério da Coordenação Económica; *Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000* (-----PP).
- 14 - Ministério de Desenvolvimento rural e Pescas, 1985; *II PND 1986/1990, Volume I, Relatório Diagnóstico* (174pp).

- 15 - Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, (sem data); *Primeiro Seminário sobre "Políticas e Estratégias Alimentares" para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*, (sem local de edição).
- 16 - Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas e Ministério do Plano e Cooperação, 1986; *Documento de Apreciação do Plano Sectorial do Desenvolvimento Rural* (155pp).
- 17 - Ministério de Agricultura, Alimentação e Ambiente, 1999; *"Segurança Alimentar: Um Desafio e uma prioridade do Governo"*, in *Seminário Nacional sobre a Segurança Alimentar, 28-29 de Janeiro de 1999, Praia* (26pp).
- 18 - Ministério das Finanças e do Planeamento; *III PND 1992/1995, I Volume, Relatório Geral* (126pp).
- 19- Ministério das Finanças e do Planeamento; *III PND 1992/1995, II Volume, Relatórios Sectoriais* (154pp).
- 20 - Ministério das Finanças e do Planeamento; *III PND 1992/1995, III Volume, Relatório Regional* (166pp).
- 21 - Olinger G. , 1984; *Bases de uma Política Agrícola, Brasília* (27pp).
- 22 - *Plano Nacional de Desenvolvimento 1997/2000; Avaliação a Meio Percurso* (43pp).
- 23 - *Relatório de Actividades do Governo, 1994, sem local de edição* (162pp).
- 24- Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento; *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento 1982/1985, Volume I, Relatório Geral* (144pp).
- 25 - Secretaria de Estado de Cooperação e Planeamento; *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento 1982/1985, Volume II, Programas Sectoriais* (----- pp).
- 26 - Secretariado Executivo para Ambiente (SEPA), 1998; *Programa de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação e de Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN), Documento Principal* (80pp).

Quadro nº I : Evolução das Superfícies Cultivadas

Cultura/ Produto	Unid. Ha									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
Sequeiro										
Milho	32.655	33.975	33.106	32.612	31.065	32.127	33.347	34.518		
Feijão congo	17.207	11.376	10.925	11.504	9.685	9.084	10.315	8.019		
Outros feijões	28.138	28.734	27.586	28.043	27.080	27.604	29.016	31.313		
Batata doce	-	335	269	165	-	230	552	482		
Batata comum	-	46	68	67	-	110	81	118		
Mandioca	-	33	41	40	-	180	44	138		
Regadio										
Legumes	280	385	497,4	512	513,5	950	-	-		
Florestada	4.359	4.447	2.335	3.346	3.781	1.384	-	1.483		

Fonte: Inquérito Anual sobre a Agricultura, Estatística Agrícola 1997 (Cit. Anuário Estatístico-Segurança Alimentar (1999),

Volume I

dados não disponíveis

Anexos

Quadro nº II : Evolução da Produção Agrícola

Produtos	Unid. Ton									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Milho	8.258	10.265	11.888	3.163	8.166	1.304	4.900	4.883		
Feijões	2.217	3.297	1.922	137	2.366	58	2.030	3.007,8		
Batata doce	6.800	3.360	10.240	7.800	3.164	3.910	3.300	3.400*	3.800*	4.000*
Bat.	2.670	2.750	2.672	1.800	2.160	2.090	2.450	2.600*	2.500*	3.250*
comum	3.400	1.500	1.900	1.500	3.200	3.060	3.100	3.100*	3.400*	3.000*
Mandioca	6.000	6.000	6.600	5.200	-	-	-	-		
Banana	18.000	18.000	18.860	-	-	-	-	-		
Cana	200	-	300	50	-	-	-	-		
sacarina	5.651	6.237	7.986	8.060	8.725	17.492	11.820	12.051	16.981*	19.045*
Mancara										
Legume										

Fonte: Divisão de Estatísticas Sectoriais, GEP/MAAA, Estatísticas Agrícolas (Cit. Anuário Estatístico-Segurança Alimentar)

* Projecto GCP/CV1/036/NET - desenvolvimento do sector de Hortícola - fase III

Quadro nº III : Produção de milho e cobertura das necessidades

	Unid. Ton									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998#	1999#	2000#
Produção	8.258	10.265	11.888	3.163	8.166	1.304	4.900			
Necess. de consumo	72.000	74.000	76.000	78.000	80.000	80.000	82.000			
% cobertura	11,4	13,8	15,6	4,05	10,2	1,5	5,8			

Fonte: Documento de base de Seminário Nacional sobre a Segurança Alimentar, 28-29 de Janeiro 1999/MAAA

dados não disponíveis

Quadro nº IV : Evolução das pluviometrias nacional (médias de registos dos principais postos pluviométricos)

Ilhas	Unid. mm														
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
S. Antão	339,8	435,8	284,4	435,3	287,6	171,2	85,7	297,9	360,0	329,1	426,0	232,8	172,7	992,8	625,3
S. Vicente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78,8	64,1	30,8
S. Nicolau	148,4	263,4	159,8	179,8	145,7	175,2	156,1	150,8	173,8	192,2	149,0	136,1	198,6	364,7	163,6
Sal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
Boavista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76,8	89,6	-
Maio	188,3	263,4	138,0	219,4	197,5	75,9	134,7	98,0	30,8	12,9	30,3	145,0	31,8	-	-
Santiago	444,2	473,0	392,0	240,0	331,0	193,7	265,6	300,0	107,2	305,2	140,3	259,0	202,5	594,4	590,1
Fogo	910,3	962,8	946,2	479,3	450,5	327,3	413,4	439,4	152,1	181,1	454,2	398,8	276,7	779,1	518,2
Brava	320,7	334,0	260,4	173,1	331,6	113,7	62,0	273,0	141,0	316,8	43,1	126,8	314,0	214,6	487,1
Média Nac.	391,9	455,4	363,5	287,8	290,7	177,0	176,1	259,9	160,8	222,8	207,2	216,4	168,9	442,8	402,5

Fonte: INIDA

(-) Dados não disponíveis

Quadro nº V : Evolução do Efectivo Pecuário

Espécies	Unid. Cabeças									
	1991	1992	1993	1994#	1995	1996#	1997#	1998#	1999#	2000#
Bovinos	16.262	16.891	17.545		21.826					
Caprinos	123.745	133.771	144.610		112.331					
Ovinos	6.087	6.683	7.337		9.216					
Suínos	126.548	161.823*	206.931		70.011					
Total	272642	319.168	376.428		213.384					

Fonte: GEP-MA-Inquérito Agrícola sobre a agricultura/Recenseamento Pecuário 94/95 (Cit. Anuário Estatístico-Segurança Alimentar)

dados não disponíveis

Quadro nº VI : Evolução da Produção Pecuária

Produtos	Unid. Ton									
	1991	1992	1993	1994#	1995	1996#	1997#	1998#	1999#	2000#
Carne	4.798	5.063	5.345		6.163					
Leite (m ³)	4.832	6.020	7.238		9.348					
Ovos (t)	15,8	22,66	35,68		35,06					

Fonte: Relatório Diagnóstico do III PND - I Volume (Cit. Anuário Estatístico-Segurança Alimentar)

Relatório da Pecuária-Balanço a meio percurso 1990-1993

(t) em milhões de ovos

dados não disponíveis

Quadro nº VII : Evolução da População ligada à produção Agro-pecuária

Ilhas	Unid. Pessoa									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
S. Antão	33.113	32.809	32.809	31.871	31.244	31.212	31.013	24.546		
S. Vicente*										
S. Nicolau	8.154	7.743	7.915	7.565	7.954	7.731	8.412	7.176		
Sal*										
Boa Vista	2.763	2.763	2.957	2.303	1.984	a)	2.629	1.588		
Maio	3.016	2.999	3.803	3.434	3.690	3.860	3.919	3.564		
Santiago	105.236	103.933	105.748	107.548	103.273	108.166	109.413	108.934		
Fogo	27.372	28.800	28.881	29.552	28.709	29.422	30.493	30.393		
Brava	4.729	4.604	4.370	4.207	4.629	4.580	4.409	5.528		
Total	184.383	183.651	186.483	186.480	181.483	153.759	190.288	181.729		

Fonte: GEP/MA- Inquérito Agrícola sobre a agricultura/ Estatística Agrícola (Cit. Anuário Estatístico-Segurança Alimentar)

* Não se realiza inquérito agrícola nessas ilhas

a) Não foi realizado inquérito agrícola nessa campanha

dados não disponíveis

Quadro nº VIII : Taxa de auto-suficiência alimentar

Produtos	Unid. %										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#	
Milho	12,7	20,8	41,3	6,7	16,2	8,4	7,4	-			
Feijão	62,1	60,8	57,3	12,9	60,6	3,6	58,2	-			
Legumes	96,5	92,7	93,4	92,0	91,5	95,8	-	-			
Batata doce	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Batata comum	46,7	38,1	32,8	27,0	28,7	34,6	-	-			
Mandioca	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Banana	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Peixe	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Carne	78,8	95,6	92,9	-	80,6	-	-	-			
Leite	36,9	26,1	34,6	-	27,2	-	-	-			
Ovos	99,21	100,0	99,93	-	97,4	-	-	-			

Fonte: DSSA (Cit. Anuário Estatístico- Segurança Alimentar)

dados não disponíveis

Quadro nº IX : Taxa de dependência de importação

Produtos	Unid. %										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#	
Milho	88,5	80,8	74,8	89,1	93,0	97,2	91,6	89,3			
Feijão	22,6	12,9	15,1	87,3	20,8	94,0	32,0	60,7			
Legumes	3,5	7,3	6,6	6,0	8,5	4,2	-	-			
Batata doce	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Batata comum	53,3	62,0	67,2	73,0	71,3	65,5	-	-			
Mandioca	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Peixe	0,033	0,002	0,001	0,002	0,002	0,003	0,098	0,000			
Frutas	10,73	3,19	18,36	5,29	6,44	8,34	21,45	19,32			
Carne	21,20	5,72	16,17	-	19,41	-	-	-			
Leite	63,1	73,9	65,4	-	72,8	-	-	-			
Ovos	0,79	0,0	0,07	-	2,6	-	-	-			

Fonte: DSSA (Cit. Anuário Estatístico-Segurança Alimentar)

dados não disponíveis

Quadro nº X : Evolução de Preços médios no Consumidor na Praia

Unid. ECV

Produtos alimentares	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
Milho local	25,00	44,38	54,79	55,44	59,25	61,46	80,00	80,00		
PROD. FRESCOS										
Feijão Verde (vagem)	70,00	82,50	92,50	121,67	162,50	149,17	180,00	180,00		
Feijão Pedra fresco	89,27	130,42	145,42	150,83	204,17	162,71	200,00	182,92		
Batata comum	121,93	85,42	111,02	92,01	125,24	139,48	120,22	110,19		
Batata doce	126,25	127,50	105,65	105,13	142,71	123,77	132,21	127,23		
Mandioca	173,33	189,17	156,03	168,96	215,63	202,43	236,56	283,49		
Banana verde	28,75	30,00	30,42	31,04	38,75	44,80	56,84	56,18		
PROD. SECOS										
Feijão congo	109,17	176,67	158,40	123,96	128,47	137,15	171,57	173,90		
Feijão pedra	131,67	187,50	145,42	141,88	152,50	153,75	176,88	208,06		
Bongolon	75,42	89,17	97,92	87,92	100,83	112,29	195,41	189,17		
FRUTAS										
Banana	65,83	58,75	56,06	57,81	62,92	66,55	79,77	97,71		
Papaia	52,08	57,50	50,31	63,54	74,69	80,99	75,85	84,90		
Manga	12,05	15,10	12,73	13,06	16,38	16,85	19,08	23,51		
Limão	23,37	20,94	26,69	25,32	24,13	20,86	21,67	19,90		
Laranja	23,82	24,06	28,96	35,47	37,49	35,67	32,42	30,74		

Fonte: INE (Cit. Anuário Estatístico- Segurança Alimentar), 1999, Volume I

dados não disponíveis

Quadro nº X (Continuação)

Produtos alimentares	Unid. ECV									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
HORTÍCOLAS										
Alface	440,83	445,00	213,52	202,08	196,88	193,54	271,09	254,44		
Couve	50,83	65,00	63,19	77,08	98,23	91,72	116,15	117,69		
Repolho	95,83	131,25	129,26	157,22	185,17	164,96	164,51	161,03		
Tomate	129,17	169,17	140,86	150,90	179,17	153,07	137,17	157,28		
Cenoura	106,67	159,79	170,42	173,61	245,52	206,80	222,60	249,63		
Abóbora	90,42	119,38	146,63	146,18	165,90	157,92	201,19	189,31		
Pimentão	100,00	138,58	136,11	155,97	168,89	170,96	175,76	226,77		
Pepino	65,28	85,00	142,15	158,06	155,83	153,69	155,87	139,31		
Cebolas	122,95	102,08	105,72	132,71	160,72	129,67	158,00	141,01		
Alhos	704,99	799,58	683,47	585,76	644,52	662,91	644,24	718,13		

Fonte: INE (Cit. Anuário Estatístico- Segurança Alimentar), 1999, Volume I

dados não disponíveis

Quadro nº X (Continuação)

Produtos alimentares	Unid. ECV										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#	
CARNES											
Carne de vaca de 1ª	425,00	429,17	484,33	500,92	568,85	677,30	752,17	796,35			
Carne de vaca de 2ª	375,00	372,92	418,13	434,38	493,61	594,65	636,60	698,54			
Carne de cabra	329,17	350,00	379,17	413,19	478,47	605,21	600,00	600,00			
Carne de cabrito	345,83	350,00	392,22	437,08	510,59	615,63	604,17	634,72			
Carne de porco fresco	240,00	260,00	335,68	342,57	353,02	395,80	425,66	449,21			
Carne de porco salgada	229,17	240,00	295,28	301,81	316,22	365,10	376,39	399,31			
Galinha viva	440,00	398,33	450,83	435,83	487,50	464,58	460,42	462,92			
Frango congelado	262,50	280,00	299,37	297,99	279,98	301,11	326,48	350,81			
Leitão vivo	775,00	962,50	1164,58	1191,67	1361,67	1302,08	1358,33	1695,83			
Linguiça	413,731	408,33	438,80	384,05	394,32	375,03	607,57	505,20			
PEIXE	77,50										
Peixe fr. miúdo(chicharo)	28,33	180,83	239,72	202,85	208,09	257,78	242,43	226,77			
Peixe fr. médio(garoupa.)	183,75	485,00	383,89	338,26	330,81	383,40	347,88	420,12			
Atum fresco	113,40	180,42	262,78	251,36	293,13	359,62	371,61	421,31			
Cavala	130,17	128,13	232,08	186,18	176,56	141,25	131,07	165,88			
Dobrada	52,99	142,08	229,72	188,06	179,06	138,75	168,21	150,78			
Sardinha	12,38	59,39	64,36	65,18	70,93	66,73	100,21	95,20			
OVOS		12,63	12,72	12,95	13,10	12,98	15,54	14,52			

Fonte: I.N.E. (Cit. Anuário Estatístico- Segurança Alimentar), 1999, Volume I

dados não disponíveis

Quadro nº XI : Evolução de Preços médios no Consumidor em S. Vicente

Unid. ECV

Produtos alimentares	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
Milho local	31,28	28,70	32,17	34,33	32,08	38,31	38,74	42,31		
PROD. FRESCOS										
Feijão congo	191,25	220,83	229,17	237,08	231,88	247,92	272,29	266,04		
Feijão Verde (outros)	144,00	203,59	211,46	218,33	221,88	217,29	224,48	267,92		
Batata comum	108,34	93,33	96,25	97,08	118,54	122,50	110,38	115,63		
Batata doce	96,25	114,17	112,92	115,42	116,67	120,00	118,13	124,17		
Mandioca	111,40	130,42	131,67	140,42	138,33	126,25	134,17	138,96		
Banana verde	57,56	60,00	60,00	60,00	61,67	80,42	83,75	95,83		
Inhame	103,00	114,17	119,17	123,75	127,92	128,33	130,83	132,50		
PROD. SECOS										
Feijão congo	116,86	161,67	147,92	149,79	158,33	176,25	190,83	200,00		
Feijão pedra	104,00	126,67	134,17	144,17	145,00	160,00	186,67	203,75		
Bongolon	106,50	153,33	125,00	145,00	142,92	163,33	163,33	196,67		
Favas secas	163,77	198,33	196,67	200,00	195,33	200,00	204,17	224,17		
FRUTAS										
Banana	58,75	67,50	68,75	66,67	70,83	82,50	100,42	100,83		
Papaia	71,52	79,17	77,92	92,08	100,00	100,00	107,50	120,42		
Manga	-	-	-	-	-	-	-	-		
Limão	-	-	-	-	-	-	-	-		
Laranja	168,17	177,42	197,71	164,52	195,83	193,33	198,33	197,92		

Fonte: INE (Cit. Anuário Estatístico- Segurança Alimentar), 1999, Volume I

dados não disponíveis

Quadro nº XI (Continuação)

Produtos alimentares	Unid. ECV									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
HORTÍCOLAS										
Alface	119,56	179,10	127,50	175,83	217,92	282,71	385,42	460,42		
Couve	76,76	80,00	82,92	89,17	109,17	121,67	125,83	134,58		
Repolho	113,74	165,83	159,17	200,83	188,75	174,58	171,04	185,00		
Tomate	209,17	247,92	183,33	201,25	242,50	266,67	246,25	251,67		
Cenoura	84,63	162,50	203,33	192,50	213,33	186,67	196,25	214,17		
Abóbora	150,83	148,75	162,08	165,00	191,67	186,67	198,75	213,33		
Pimentão	267,00	370,83	265,00	364,04	400,00	450,00	473,13	514,58		
Pepino	533,57	525,00	391,67	383,33	512,50	410,42	641,67	854,17		
Cebolas	103,17	115,08	95,02	102,18	168,37	136,65	136,54	185,68		
Alhos	699,72	618,68	598,96	563,11	536,81	590,44	633,87	646,36		

Fonte: INE (Cit. Anuário Estatístico- Segurança Alimentar), 1999, Volume I

dados não disponíveis

Quadro nº XI (Continuação)

Produtos alimentares	Unid. ECV									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
CARNES										
Carne de vaca de 1ª	495,83	510,42	560,42	600,00	608,33	650,00	750,00	810,42		
Carne de vaca de 2ª	437,50	451,04	496,88	545,83	545,83	600,00	691,67	700,00		
Carne de cabra	300,00	300,00	325,00	350,00	350,00	350,00	454,17	504,17		
Carne de cabrito	300,00	300,00	325,00	350,00	350,00	350,00	491,67	516,67		
Carne de porco fresco	250,00	250,00	286,67	333,33	327,08	339,58	375,00	418,75		
Carne de porco salgada.	250,00	250,00	286,67	333,33	327,08	339,58	371,88	375,00		
Galinha viva	297,64	325,00	363,19	343,06	362,50	258,33	315,63	371,88		
Galinha congelado	250,00	250,00	262,50	275,00	275,00	275,00	275,00	277,50		
Toucinho	100,00	100,00	125,00	150,00	154,17	150,00	150,00	146,67		
Miudezas de porco	179,17	543,61	698,98	713,40	904,11	910,77	721,04	690,69		
PEIXE										
Peixe fr. miúdo (chicharo)	104,53	109,17	107,50	140,00	125,83	118,33	118,33	123,33		
Peixe fr. médio (garoupa.)	189,17	195,42	195,83	237,50	240,00	240,83	224,17	247,50		
Atum fresco	186,67	185,42	181,67	213,33	190,00	199,17	197,50	230,83		
Cavala fresco	69,79	57,50	58,75	69,17	70,00	97,50	94,17	87,50		
Dobrada fresco	85,00	90,83	100,00	115,00	116,67	116,67	113,33	108,33		
Peixe fresco(outros)	147,92	143,54	154,79	193,96	178,33	176,67	177,50	191,67		
Peixe seco(outros)	213,19	200,00	200,00	200,00	200,00	216,67	203,33	225,00		
OVOS										
	13,53	14,36	14,64	14,43	14,69	14,43	15,00	15,21		

Fonte: INE (Cit. Anuário Estatístico- Segurança Alimentar), 1999, Volume I

dados não disponíveis

Quadro nº XII : Evolução de Preços médios no consumidor nas zonas rurais

Produtos alimentares	Unid. ECV									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
Milho	23,00	27,79	27,52	26,93	32,57	30,26	43,05	47,99		
PROD. FRESCO										
Feijão verde (vagem)	78,98	99,17	66,67	150,00	235,00	115,00	200,00	100,00		
Batata comum	104,03	91,29	93,92	92,22	122,85	137,01	124,25	97,08		
Batata doce	109,17	135,33	104,56	111,94	136,32	121,67	130,97	128,96		
Mandioca	126,67	188,75	147,71	153,54	220,42	203,47	240,97	284,58		
Banana verde	26,67	27,50	27,92	28,13	33,17	37,61	48,79	49,16		
PROD. SECOS										
Feijão congo	77,09	153,33	145,42	122,50	151,25	142,50	168,75	201,25		
Feijão pedra	130,83	157,92	154,58	137,50	168,75	152,08	175,14	221,18		
Bongolon	78,75	80,00	95,42	97,25	102,92	94,03	162,85	187,36		
FRUTAS										
Banana	59,17	60,00	59,58	55,21	58,75	60,00	71,46	79,17		
Papaia	49,58	52,50	42,71	62,50	72,26	84,31	83,75	78,19		
Manga	8,82	18,50	22,92	20,63	25,69	30,35	37,45	40,42		
Laranja	25,29	22,08	39,38	43,26	42,72	39,20	27,33	32,63		
Coco	36,25	30,00	34,58	43,75	42,50	41,94	41,49	49,93		

Fonte: INE (Cit. Anuário Estatístico- Segurança Alimentar), 1999, Volume I

dados não disponíveis

Quadro nº XII (Continuação)

Produtos alimentares	Unid. ECV									
	1991	1992*	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
HORTÍCOLAS										
Alface	5,00	5,00	5,00	15,21	19,58	16,39	242,72	258,41		
Couve	44,58	48,75	58,37	81,25	84,17	88,75	109,79	107,78		
Repolho	101,67	110,00	134,96	125,90	192,15	147,08	168,19	162,01		
Tomate	111,67	144,58	153,33	136,67	165,21	156,46	135,42	150,69		
Cenoura	104,97	129,58	187,43	192,92	253,75	215,63	236,94	256,67		
Abóbora	81,25	105,83	174,58	165,83	177,50	154,70	202,78	204,58		
Pimentão	-	-	-	-	-	-	-	-		
Pepino	-	-	-	-	-	-	-	-		
Cebolas	99,17	155,42	113,63	113,06	171,88	147,71	122,15	150,63		
Alhos	766,67	788,33	772,08	667,08	661,25	695,00	657,50	696,95		

Fonte: INE (Cit. Anuário Estatístico- Segurança Alimentar), 1999, Volume I

dados não disponíveis

Quadro nº XII (Continuação)

Produtos alimentares	Unid. ECV									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
CARNES										
Carne de vaca de 1ª	404,16	425,00	500,00	500,00	554,17	639,58	633,33	800,00		
Carne de vaca de 2ª	354,17	375,00	450,00	450,00	475,00	520,83	520,83	650,00		
Carne de cabra	345,83*	316,67	381,25	400,00	433,33	579,17	600,00	600,00		
Carne de cabrito	331,25	312,50	381,25	416,67	433,33	583,33	600,00	600,00		
Carne de cabrito	692,78	1045,83	1175,00	1270,83	1391,67	1406,25	1455,83	2137,64		
Cabrito	200,00	201,67	257,50	300,00	308,33	354,17	375,00	408,33		
Carne de porco fresco	191,67	201,67	257,50	300,00	300,00	316,67	356,25	391,67		
Carne de porco salgado.	162,50	131,67	187,50	196,67	162,50	145,00	200,00	200,00		
Toucinho	441,67	405,83	451,25	461,25	476,67	467,50	468,33	478,61		
Galinha viva	9750,00	9854,17	10872,5	12175,0	14725,0	20270,8	24885,28	26945,83		
Porco	711,67	1158,33	0	0	0	3	1495,83	1703,06		
Leitão vivo	1975,19	2325,00	1200,00	1193,33	1320,00	1421,67	5162,92	5828,47		
Cabra			3170,83	3868,75	4450,42	4895,83				
PEIXE										
Peixe fr. miúdo (chicharo.)	175,84	140,00	171,94	131,25	171,67	175,63	260,56	298,91		
Peixe fr. médio (garoupa.)	392,09	428,33	412,08	454,17	445,83	516,46	475,00	457,50		
Atum fresco	164,17	182,08	260,83	364,17	385,71	473,33	471,67	482,36		
Peixe seco	230,00	199,17	245,00	248,33	270,42	278,13	276,25	280,56		
OVOS	12,50	13,54	14,33	13,73,	13,13	13,60	17,42	14,78		

Fonte: INE (Cit. Anuário Estatístico- Segurança Alimentar), 1999, Volume I

dados não disponíveis

Quadro nº XIII : (Disponibilidade de alguns produtos alimentares no país)

Unid. Ton

Produtos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
Milho	70178,09	40644,56	37165,3	29119,4	53161,4	16357,45	58165,6	45746,73		
Arroz	24142,7	20999,6	17216,4	21117,6	18293,6	10568,0	26431,8	22014,2		
Trigo	17242	17023	17761,2	19726,3	15843,9	20790,4	22390	21224,5		
Feijão	2863,1	7456,0	4275,8	2207,0	6445,5	2514,4	5222,0	7661,8		
Óleo e azeite	3514,5	2631,9	669,2	2598,6	3517,0	5484,0	2945,0	6245,0		
Legumes	6297,1	6723,8	8328,2	9002,4	9347,9	18400,1	12776	4654*		
Batata doce	6800	3360	10240	7800	3164	3910	3300	#		
Batata comum	5718,9	7236,7	8157,3	6656	7532,2	6052,3	2450	#		
Mandioca	3400	1500	1900	1500	3200	3060	3100	#		
Peixe	7429,8	4341	5248,4	6319,4	7242,7	7821,8	7416	7347		
Frutas (a)	3424,4	4218,6	7024,9	6399,7	7041,8	7629,2	7638,0	7417,0		
Carne e derivados	5131,3	7285,6	6376,3	1089,5*	7625,3	1006,9*	868*	1170		
Leite (Kl)	20629,69	33665,38	26674,15	20475,38*	41035,69	28006,15*	25876,92*	28884,62*		
Ovos (unidade)	15930416	22662738	35711873	194000*	35063210	#	#	#		

Fonte: DSEA (Cit. Anuário Estatístico-Segurança Alimentar)

a) única produção nacional incluída é a da banana

* corresponde apenas as quantidade importadas, devido a indisponibilidade de dados da produção nacional

dados não disponíveis

Quadro nº XIV : Evolução das necessidades de consumo em produtos alimentares de base
Unid. Ton.

Produtos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
Milho	43016	44072	45172	46315	47501	48729	50001	51316		
Arroz	13639	13974	14323	14685	15061	15451	15854	16271		
Trigo	15388	15766	16159	16568	16992	17432	17887	18357		
Feijão	7344	7525	7712	7907	8110	8320	8537	8761		
Leite	2238	2293	2350	2410	2472	2536	2602	2670		
Óleo e azeite	2508	2571	2636	2703	2773	2846	2920	3099		

Fonte: DSSA (Cit. Anuário Estatístico-Segurança Alimentar)

dados não disponíveis

Quadro nº XV : Disponibilidade diária de alguns produtos alimentares

Produtos	Unid. Grama/Hab/dia									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
Milho	549,9	310,7	277,3	211,8	377,3	113,2	392,1	300,5		
Arroz	189,0	160,5	128,5	153,7	129,9	73,2	178,1	144,7		
Trigo	135,1	130,1	132,6	143,6	112,3	143,8	151,0	139,5		
Feijão	22,4	28,9	16,9	7,9	21,2	6,7	20,1	50,3		
Óleo e azeite	27,5	20,1	5,0	18,9	25,0	37,9	24,2	41,0		
Legumes	49,3	51,5	62,2	65,5	66,3	127,1	86,0	30,7		
Batata doce	53,2	25,8	76,4	56,7	22,5	27,1	22,2	0,0		
Batata comum	44,9	55,3	60,8	48,5	53,4	41,9	16,5	0,0		
Mandioca	26,6	11,5	14,2	11,0	22,7	21,1	20,9	0,0		
Peixe	58,1	33,2	39,2	46,0	51,5	54,0	49,9	48,2		
Frutas	26,8	31,0	52,3	39,2	44,9	45,2	51,5	48,8		
Carne e derivados	47,7	55,6	47,7	7,9	54,0	2,2	6,6	12,9		
Leite	161,6	257,4	199,0	149,0	291,1	193,7	174,4	189,7		
(ml/Hab)	5,0	6,9	10,7	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0		
Ovos										

Fonte: DSSA (Cit. Anuário Estatístico - Segurança Alimentar)

dados não disponíveis

Quadro nº XVI : Disponibilidade calórica (energética) per capita de alguns produtos alimentares.

Produtos	Unid. Kcal/Hab/dia									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
Milho	1957,6	1106,1	987,2	754,0	1343,2	403,0	1395,9	1069,8		
Arroz	529,2	449,4	359,8	430,4	363,7	205,0	498,7	405,2		
Trigo	451,2	434,5	442,9	479,6	375,1	480,3	504,3	465,9		
Feijão	75,0	190,3	106,1	54,0	152,8	57,6	117,1	168,4		
Óleos e azeite	243,4	177,9	44,1	167,0	220,6	335,3	214,3	362,5		
Legumes	12,4	13,0	15,7	16,5	16,7	32,0	21,7	7,7		
Batata doce	48,9	23,7	70,3	52,2	20,7	24,9	20,5	22,0		
Batata comum	30,1	37,1	40,7	32,5	35,8	28,1	11,1	25,0		
Mandioca	29,0	12,5	15,5	12,0	24,7	23,0	22,8	23,5		
Peixe	43,0	24,6	29,0	34,0	38,1	40,0	36,9	35,7		
Frutas	12,9	14,9	25,1	18,8	21,6	21,7	24,7	23,4		
Carne e derivados	125,5	146,2	125,5	20,8	142,0	5,8	17,4	33,9		
Leite	98,6	157,0	121,4	90,9	177,6	118,2	106,4	115,7		
Ovos	6,1	8,4	13,1	11,2	12,2	12,1	11,8	12,0		

Fonte: DSSA (Cit. Anuário Estatístico-Segurança Alimentar)

dados não disponíveis

Quadro nº XVII : Disponibilidade protéica per cápita de alguns produtos alimentares.

Produtos	Unid. Grama/Hab/dia									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999#	2000#
Milho	52,24	29,52	26,34	20,12	35,84	10,75	37,25	28,55		
Arroz	11,34	9,63	7,71	9,22	7,79	4,39	10,69	8,68		
Trigo	16,21	15,61	15,91	17,23	13,48	17,26	18,12	16,74		
Feijão	4,95	6,39	3,73	1,75	4,69	1,48	4,44	11,12		
Óleo e azeite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Legumes	0,62	0,65	0,78	0,83	0,84	1,60	1,08	0,39		
Batata doce	0,37	0,18	0,53	0,40	0,16	0,19	0,16	0,17		
Batata comum	0,72	0,88	0,97	0,78	0,85	0,67	0,26	0,59		
Mandioca	0,24	0,10	0,13	0,10	0,20	0,19	0,19	0,19		
Peixe	6,45	3,69	4,35	5,11	5,72	5,99	5,54	5,35		
Frutas	0,15	0,17	0,29	0,22	0,25	0,25	0,29	0,27		
Carne e derivados	6,20	7,23	6,20	1,03	7,02	0,29	0,86	1,68		
Leite	5,2	8,2	6,4	4,8	9,3	6,2	5,6	6,1		
Ovos	0,57	0,78	1,21	0,85	1,13	1,06	1,01	1,07		

Fonte: DSSA (Cit. Anuário Estatístico-Segurança Alimentar)

dados não disponíveis

FICHA DE ENTREVISTA

1. Caracterização do entrevistado

Nome do Agricultor: _____

Concelho: _____

Freguesia: _____

2. Perguntas

2.1. Quantos litros de terreno possui?----- O terreno é da sua pertença-----
arrendamento----- parceria----- Há quanto tempo vem praticando a
agricultura?----- Que tipo de culturas pratica?-----

Sistema de **regadio**?----- Sistema de **sequeiro**?-----

2.2. Quais são os principais constrangimentos/problemas que tem deparado no decurso
das suas actividades agrícolas?-----

2.3. Beneficiou-se de algum **crédito bancário** para o início das suas actividades?-----
Para que foi destinado o crédito?-----

-----Foi dado em tempo útil?----- Qual foi a taxa de juro aplicada?-----
Qual é a taxa que acha ser mais justa que incentive a agricultura?-----

2.4. Qual tem sido o **circuito de comercialização** da sua produção?-----

- Quais os problemas encarados?-----

- Quais têm sido as soluções?-----

2.5. Tem sistema de **rega gota a gota**?----- Porquê?-----

----- Qual é a vantagem?-----

A água de rega vem do **poço**----- **furo**----- **nascente**----- O que tem feito para
colmatar a problemática de água para a rega?-----

2.6. Quais são os trabalhos feitos e que contribuíram para a **conservação de solo e água** dentro do seu perímetro de actividade agrícola?-----

2.7. Tem tido alguns problemas na aquisição de **factores de produção**, particularmente **sementes**?----- Têm sido de boa qualidade e disponível em tempo útil?-----

2.8. Que relações tem com **Extensionistas/Animação Rural**?-----

2.9. Está filiado à alguma **Associação**?----- Se está quais as vantagens?-----

----- O que gostaria que fosse?-----

2.10. O que acha sobre o **impacto directo ou indirecto das políticas agrárias** implementadas, sobre o sector agrário (agricultura, silvicultura, pecuária, infra-estruturas de apoio ao sector e emprego)?-----

2.11. Na sua opinião, que tipo de desafio deverá ser feito junto dos agricultores no âmbito de **implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento agrário**, para o incremento da produção e produtividade?-----

2.12. Como agricultor, o que acha sobre, que tipo de incentivos deverão ser alocados no meio rural como forma de atrair **jovens e mulheres** (para o desenvolvimento das

actividades agrícolas) sem descurar da cidade?-----

2.12. Tem acompanhado os **programas de divulgação da agricultura**?----- Qual é a sua opinião sobre os mesmos?-----

O que gostaria mais ver informado nesses programas de divulgação sobre o sector agrícola?-----

Entrevistador: _____ Data: ____ / ____ /2001